



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 125

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de janeiro de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, foi apresentado pelo PSD um [Voto de Congratulação pelos 150 anos da Filarmónica de Nossa Senhora das Neves.](#)

Após a sua apresentação pelo Sr. Deputado José Andrade, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Seguiram-se duas Declarações Políticas, tendo a primeira sido proferida pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*) e a segunda pela Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

Para a primeira usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), António Marinho (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*); na segunda, participaram no debate os Srs. Deputados Cláudio Lopes (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), André Rodrigues (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

Após o Período de Tratamento de Assuntos Políticos entrou-se na **Agenda da Reunião:**

1 – Projeto de Resolução n.º 130/X – “Recomenda ao Governo Regional o desenvolvimento urgente do processo de construção de novas instalações para a Escola Básica e Secundária da Povoação”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Joaquim Machado, tendo usado da palavra para intervir as Sras. Deputadas Ana Espínola (*CDS-PP*), Benilde Oliveira (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Catarina Moniz Furtado (*PS*) e Graça Silveira (*CDS-PP*), os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Nuno Meneses (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Usaram da palavra para declarações de voto os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Meneses (*PS*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

2 - Projeto de Resolução n.º 136/X – “Descentralização dos procedimentos concursais para recrutamento e seleção de recursos humanos para a administração pública autónoma”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares, pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados Manuel Pereira (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*) e ainda a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados.

Está aberta a sessão, pode entrar o público.

A manhã dos nossos trabalhos está reservada ao PTAP.

O primeiro e único voto que entrou na Mesa é de congratulação pelos 150 anos da Filarmónica Nossa Senhora das Neves e para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Bom dia, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 150 anos da Filarmónica de Nossa Senhora das Neves

Portugal conta atualmente com cerca de 600 filarmónicas para 10 milhões de habitantes. A mais antiga é a Sociedade Filarmónica Luzitana, fundada em 1840 e ainda ativa na cidade de Estremoz.

Só nos Açores estão em funcionamento mais de 100 filarmónicas para menos de 250.000 habitantes. Envolvem cerca de 4.000 músicos amadores, em todas as ilhas, em quase todos os concelhos, em dois terços das nossas freguesias.

Cerca de 40% das filarmónicas açorianas já ultrapassou um século de existência. Destas, quase uma dezena completou ininterruptamente e comemorou oficialmente 150 anos da sua fundação:

Em 2004, a “União Popular” da Ribeira Seca de São Jorge;

Em 2008, a “Artista Faialense” da cidade da Horta;

Em 2011, a “Eco Edificante” da vila do Nordeste;

Em 2013, a “Fraternidade Rural” de Água de Pau e a “Fundação Brasileira” dos Mosteiros;

Em 2014, a “Harmónica Furnense” das Furnas e a “Liberdade Lajense” das Lajes do Pico.

É assim que chegamos agora à Filarmónica de Nossa Senhora das Neves, fundada a 1 de janeiro de 1866 na freguesia da Relva, junto à cidade de Ponta Delgada.

Surgiu ainda nas décadas iniciais da história musical da ilha de São Miguel, que terá começado com a banda unicamente constituída para acolher o rei D. Pedro em 1832 e que terá conhecido a primeira formação permanente com a “Sociedade Phylarmónica Michaelense” em 1845.

Vencido um século e meio de atividade ininterrupta sob a proteção titular da padroeira da freguesia, a “Banda da Relva”, como é popularmente conhecida e carinhosamente tratada, comemora este ano, solitariamente, a efeméride maior das filarmónicas açorianas.

Fá-lo-á com um programa comemorativo que se prolonga de janeiro a dezembro, podendo envolver as quase 40 filarmónicas dos seis concelhos micalenses e querendo celebrar a mais representativa tradição musical da cultura popular açoriana.

Um ciclo de conferências, um encontro de dirigentes e um festival de filarmónicas, a edição de um jornal, a publicação de um livro e a gravação de um disco são algumas componentes públicas do programa previsto que se inicia, efetivamente, com um concerto comemorativo a 23 de janeiro no Coliseu Micaelense.

A Filarmónica de Nossa Senhora das Neves comemora 150 anos a “remar contra a maré” para “levar o barco a bom porto”.

Do passado, recorda a proteção benemérita das famílias micalenses Fonte Bela, Raposo de Amaral ou Andrade de Albuquerque e reconhece presidentes determinantes como João Soares ou maestros marcantes como Manuel Medeiros.

No presente, felicita os corpos sociais representados pelo presidente António Raimundo e os músicos dirigidos pelo maestro Hélio Soares.

Para o futuro, deseja, tão-somente, continuar a ter e a ser “*o mesmo e mais forte*”.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelos 150 anos da Filarmónica de Nossa Senhora das Neves**, do qual deve ser dado conhecimento formal à Sociedade Filarmónica, à Assembleia de Freguesia da Relva e à Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2016

Os Deputados Regionais, António Marinho, Luís Rendeiro, Luís Maurício, Luís Garcia, José Andrade e Bruno Belo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Considerando que não há mais votos, vamos passar de imediato para as declarações políticas.

A primeira do dia de hoje é do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves é substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O novo quadro político parlamentar que resultou da vontade do povo português, expressa nas eleições de 4 de outubro, possibilitou a interrupção das políticas de austeridade e de empobrecimento de Portugal e dos portugueses com a formação de uma solução governativa protagonizada pelo PS, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter lata!

O Orador: ... assente em acordos bilaterais com o PCP, o Partido Ecologista os Verdes e o Bloco de Esquerda e para o qual o papel e a intervenção do PCP foi determinante.

Não constituindo a desejável e necessária rutura com um rumo de subserviência aos ditames da União Europeia dominada pelos interesses do grande capital financeiro, é justo e legítimo que os portugueses vejam traduzidas nesta solução governativa a satisfação, no todo e em parte, da reposição de rendimentos e direitos que lhes foram subtraídos pelo governo de má memória do PSD/CDS-PP.

O PCP em coerência e no cumprimento estrito do acordo que subscreveu com o PS, tem apoiado as medidas que foram objeto de convergência, e que constam do acordo, e proposto alternativas às medidas que ficam aquém do compromisso do PCP com os trabalhadores e com o Povo e

que constam do nosso projeto político “Uma Política Patriótica e de Esquerda”.

Somos coerentes com o compromisso e as propostas que apresentámos ao Povo português e não abdicamos de princípios e combatemos todas as políticas que colocam em causa os interesses e a soberania nacional, como ficou claro, ao votar contra o orçamento rectificativo que consubstanciou a resolução do BANIF e colocou mais uma vez em causa o interesse nacional e volta a penalizar fortemente os contribuintes.

Ou seja, o PS entre a integração do BANIF na Caixa Geral de Depósitos optou por uma solução, em tudo idêntica à do BES, privatizando os ativos por 150 milhões de euros, disponibilizando 750 milhões, do erário público, para eventuais imparidades daquele negócio.

Deputado Francisco César (PS): Os seus colegas de Lisboa sabem que está a fazer isso?

O Orador: Esta solução fere os interesses nacionais e deixa claro que o PS, tal como o PSD e o CDS-PP, continuam a cumprir fielmente as políticas económicas e financeiras da União Europeia cujos efeitos têm sido nefastos para Portugal.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Os reflexos desta nova situação política são já claros na nossa Região.

Desde logo pela mudança de discursos do Governo Regional que, agora, já se declara empenhadíssimo em recuperar os rendimentos dos açorianos. Quando antes dava exclusiva prioridade ao apoio às empresas privadas e à sua capacidade exportadora.

Saudamos esta mudança. Ainda bem que finalmente o Governo Regional e o PS reconhecem que a melhoria do poder de compra das famílias e dos trabalhadores é uma condição essencial para a retoma económica.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor já se capitulou!

O Orador: O PCP, há muito que o afirmava.

Agora, estão talvez a levar esforço discursivo longe demais. Pois é lamentável ouvirmos o Governo Regional, de forma abusiva e demagógica a utilizar medidas que visam repor rendimento e direitos, tomadas na República, como se resultassem diretamente da ação governativa regional!

Recorde-se que o aumento do salário mínimo regional resulta de um automatismo consagrado na legislação regional, aprovada na legislatura 1996/2000, numa altura (e é bom que nos recordemos) em que não existiam maiorias absolutas neste Parlamento. Não resultou, portanto, de qualquer iniciativa do Governo Regional. Não decorre, portanto, dos méritos deste Governo, nem de qualquer ação da sua parte.

Pelo contrário, o PS e o seu Governo têm vindo sistematicamente a recusar muitas propostas da Representação Parlamentar do PCP para recuperar os rendimentos dos açorianos.

E em especial de aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional, dos atuais 5 para 7,5%, uma proposta que visa cumprir o objeto para que este instrumento foi criado, ou seja, por um lado fazer face aos custos acrescidos da insularidade e, por outro lado, fazer convergir o salário médio regional dos trabalhadores do setor privado açoriano com a média salarial dos trabalhadores do setor privado no continente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já se vendeu ao Partido Socialista!

O Orador: Os 5% do atual complemento têm-se demonstrado insuficientes para essa convergência. A média salarial dos trabalhadores do setor privado nos Açores é cerca de 100 euros inferior à média salarial dos seus congéneres continentais.

Isto sim, é resultado da ação do Governo Regional! Isto sim, decorre da vossa política. Isto sim, é mérito vosso, e exclusivamente vosso.

Mas também no setor público, e desde 2010, o Governo Regional se tem recusado a atualizar o valor base da Remuneração Complementar reprovando, em sede de discussão e aprovação do Orçamentos e Planos Anuais, as nossas propostas para o aumento deste complemento remuneratório.

Ou ainda recusando em 2015 e 2016, reduzir a taxa mais alta do IVA, aplicando o diferencial de 30% consagrado na Lei das Finanças Regionais.

Estes são alguns exemplos que demonstram claramente o que tem sido a postura política do Governo Regional, muito mais orientada para austeridade do que para a recuperação dos rendimentos dos açorianos, por muito que procure agora desmenti-lo e obter ganhos políticos de opções alheias.

De forma sistemática, e como muitas vezes denunciámos, este Governo Regional tem recusado todas as medidas que pudessem minorar os sacrifícios impostos às famílias, recuperar-lhes algum poder de compra, aliviar-lhes os encargos.

Pretendem Vs. Exas. agora mudar de política? Alterar as opções que têm tomado até aqui? Ou estamos apenas perante a tradicional inflexão do ano eleitoral, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a falar para ali!

O Orador: ... um ano para fazer esquecer os últimos três anos?

Nós não mudámos, nem mudamos de política, independentemente dos calendários eleitorais.

Deputado Francisco César (PS): Desde 1918!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só um bocadinho!

O Orador: E, aqui, como na República, apoiaremos todas as medidas que sejam positivas para o Povo açoriano e para os trabalhadores da nossa Região e contestaremos todas as que lhes sejam prejudiciais e representem a continuação da velha política de sempre.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

O Orador: Podem contar com o PCP para romper com os dogmas da teologia do mercado ...

Deputado André Bradford (PS): Oh, sim!

O Orador: ... e entrarmos num rumo de desenvolvimento sustentável para os Açores, que promova o bem-estar e a qualidade de vida de todos os açorianos!

Disse!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Disse muito mal!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, os sócios não falam?

Presidente: Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta a declaração política do PCP, julgo que faz sentido que este Grupo Parlamentar se refira a duas questões que consideramos muito relevantes nesta altura que foram referidas.

Em primeiro lugar, a questão que tem a ver com o BANIF e com a solução que foi encontrada pelo Governo de Portugal sobre o BANIF ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agora é o Governo de Portugal!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é Governo da República! Ponha a bandeirinha!

O Orador: ... e em segundo lugar aquilo que o Sr. Deputado referiu nas questões que têm a ver com a situação política regional e a atualidade e a situação atual do ponto de vista económico e social da nossa Região.

Relativamente ao BANIF eu devo dizer que a solução que foi encontrada pelo Governo da República é, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Veja bem o que vai dizer!

O Orador: ... quanto a nós, uma solução, correta ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não ganhou as eleições!

O Orador: ... e uma solução que teve que ser implementada depois da incúria e da displicência do anterior Governo da República ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... na gestão deste dossier e o novo Governo da República, confrontado com esta surpresa desagradável, teve que agir de imediato, encontrando de imediato ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Toda a gente sabia!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

O Orador: ... uma solução que nos parece correta do ponto de vista de três dimensões.

Por um lado, a manutenção e a garantia da estabilidade do nosso sistema financeiro e da importância que tem o BANIF para essa estabilidade; em segundo lugar, uma dimensão que para nós é absolutamente fundamental, ...

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): E os contribuintes?

O Orador: ... que é a proteção das famílias e dos depositantes naquele banco; e em terceiro lugar também uma questão que tem a ver, e que diz também muito respeito aos Açores, com a situação dos trabalhadores daquela instituição.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim! Vocês acautelaram muita coisa!

O Orador: Há também uma quarta questão que é fundamental e que esteve na base também da intervenção do Primeiro-Ministro e do Secretário-Geral do Partido Socialista nesta questão que tem a ver com a importância que tem o BANIF para as duas regiões autónomas: para a Região Autónoma da Madeira e para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vai mais uma vez penalizar os contribuintes!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires, a solução que foi encontrada pelo Governo de Portugal para a situação do BANIF é, quanto a nós, a solução possível e uma solução que resulta da incúria, da displicência do anterior Governo da República do PSD e do CDS-PP e isso é para nós absolutamente inquestionável e seria bom que não estivéssemos aqui a discutir este assunto e não estivéssemos aqui a discutir aquilo que teve que ser feito, porque isso infelizmente resultou da incúria do anterior Governo da República e da surpresa muito desagradável que reservou ao novo Governo de Portugal, como se sabe liderado pelo Partido Socialista.

Quanto à segunda questão, à situação económica e social nos Açores.

Em primeiro lugar, um ponto prévio, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Julgo que estará equivocado. Em nenhuma das declarações do Sr. Vice-Presidente sobre o salário mínimo o Sr. Vice-Presidente anuncia o aumento do salário mínimo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Anuncia, sim, senhor!

O Orador: Aquilo que o Sr. Vice-Presidente faz (e bem!) é congratular-se e registar com agrado mais um importante contributo para o aumento de consumo e para dinâmicas económicas positivas na nossa Região através do aumento desse salário mínimo. É isso que o Sr. Vice-Presidente fez e isso pode ser constatado nas declarações que deu e naquilo que consta nos vários órgãos de comunicação social que fizeram notícias com essa matéria.

Também não posso deixar de me referir àquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires referiu sobre aqueles que seriam os méritos do Governo dos Açores (com grande ironia diga-se!) na situação económica e social atual dos Açores, porque aquilo também que seria de esperar do PCP e também devo dizer de todos os outros partidos nesta bancada é que se congratulassem (acredito que moderadamente) dos indicadores que nós recebemos e que foram tornados públicos no final do ano passado ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobre a educação!

O Orador: ... sobre a atividade económica dos Açores, indicadores que na nossa perspetiva são muito relevantes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobre a educação, sobre a saúde!

O Orador: Nenhum partido político da oposição saudou o facto dos Açores terem crescido acima da média nacional.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

Nenhum dos partidos políticos da oposição saudou o facto de nós termos passado de uma retração de cerca de 3% para um crescimento de cerca de 2,8%, fatores positivos que não são mérito com certeza só do Governo, são mérito de todos nós, mas são mérito sobretudo dos açorianos, daqueles que são hoje os super-heróis dos tempos modernos, dos nossos empresários que se esforçam todos os dias para manter as suas portas abertas, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Como é que o senhor consegue dizer isso?

O Orador: ... para manter postos de trabalho, para criar mais emprego e os senhores, na sua postura permanentemente destruidora e trauliteira, não tiveram a coragem política que se impunha de saudar esses dados positivos ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já o Sr. Presidente do Governo já tinha feito essa alusão aos super-heróis!

O Orador: ... que não são bons para os Açores ou para o PS, para o Governo dos Açores ou para o PS, são bons para os Açores.

Isto acontece porque os senhores estão, digamos que, entalados no vosso labirinto, ou seja, quando tudo estava mal e quando nós em 2012 estávamos confrontados com uma tremenda tempestade económica e social, tudo o que corria mal os senhores diziam que era culpa do Governo; agora que estamos a recuperar, que as coisas estão a correr bem devido às opções políticas que implementámos e devido ao grande esforço que temos implementado, os senhores não têm a coragem de reconhecer que isso é também um grande mérito do esforço do Governo dos Açores e do Partido Socialista. Isso é que fica evidente, a vossa falta

de coragem e a vossa falta de sentido de estado, o que para nós é absolutamente lamentável.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não ouvia uma pérola destas há dias! Tenho de felicitá-lo pela sua intervenção!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu iria referir-me à questão do BANIF, porque estamos perante uma situação, perante um banco que sendo pequeno no contexto nacional, assumia uma importância demasiado importante na Região Autónoma dos Açores e, por isso, deve ser tratado com muito cuidado e deve ser objeto de um acompanhamento muito próximo.

O BANIF era inegavelmente o banco que tinha maior peso em termos financeiros na Região e, por isso, não deve ser algo da batalha política pura e dura. Deve ser feito um acompanhamento muito importante e ...

Deputado André Bradford (PS): Foi a melhor solução possível depois dos senhores não terem feito nada!

O Orador: ... desde logo dizer que a solução adotada pelo Governo da República relativamente ao BANIF foi a mais correta é algo que deve ser visto também com atenção e com todo o cuidado.

Nós sabemos que inclusivamente houve proposta de criação de uma comissão de inquérito relativamente a esta questão, relativamente à situação que se verificou no BANIF, comissão de inquérito que foi generalizadamente aceite por todos os partidos e em particular por parte do PSD a nível nacional e inclusivamente a promoção de uma avaliação da situação do BANIF de forma independente que conseguisse no fundo avaliar todos os contornos que estiveram à volta desta operação.

Portanto, dizer, Sr. Deputado Berto Messias, que foi a solução mais correta sem ainda termos conclusões de uma avaliação externa, de uma auditoria externa e dos resultados da comissão de inquérito, julgo eu ser uma afirmação, no mínimo, prematura e que pode dar origem, quem sabe no futuro, a recuar naquilo que acabou de dizer.

Aliás, esta questão é importante sobre diversos pontos de vista, porque no BANIF, designadamente no caso da Região Autónoma dos Açores, se há situações que parecem ter sido resolvidas até ao momento de uma forma tranquila (a questão da salvaguarda dos depósitos, que deu segurança e confiança aos muitos depositantes ou às muitas famílias que na Região tinham o BANIF como banco de referência, como seu banco de preferência, mas também às empresas em que existia a necessidade de assegurar alguma estabilidade, porque tinha muito peso na função financeira das empresas), há também matérias que continuam a suscitar preocupação. Algumas parecem estar resolvidas, no mínimo, no imediato, mas como bem sabemos isto são processos dinâmicos, aquilo que se passa hoje pode não ser exatamente aquilo que se vai passar daqui a um mês, ou dois meses, ou seis meses, e temos desde logo a questão dos trabalhadores do BANIF que à partida beneficiaram de uma solução que foi aquela que foi implementada nesta primeira fase, mas obviamente

carece de um acompanhamento aquilo que se vai passar a nível dos trabalhadores.

Deputado André Bradford (PS): Sim, sim!

O Orador: Algumas preocupações ...

Ontem até foram manifestadas e pudemos ver na comunicação social o que é que se vai passar relativamente aos reformados do BANIF, se encontram ou não salvaguardados os seus direitos.

Há uma questão que nos parece importante dado que o BANIF tinha também uma política de proximidade muito forte, estava presente em todos os concelhos da Região, designadamente naqueles concelhos que estão mais afastados dos grandes centros urbanos. É importante acompanhar o que é que se vai passar neste domínio, ou seja, se esta proximidade que dava alguma segurança às famílias açorianas se se vai manter, ou se vai ser a rede comercial do banco reduzida e vai afastar mais as zonas da Região, os concelhos da Região que estão mais distantes dos centros urbanos, se não vão ficar um pouco mais sozinhos.

Há questões, por exemplo, como a questão da diáspora. Sabemos que os depósitos do BANIF nos Açores em grande parte eram cobertos, ou tinham um peso muito significativo dos depósitos efetuados pelos emigrantes açorianos que sabemos que também estão a ocorrer alterações a esse nível, ou seja, aquilo que nós podemos dizer relativamente ao BANIF neste momento é que aquilo que se passou tem que ser averiguado, têm que ser conhecidos todos os contornos que se verificaram ao longo do tempo e não se pode dizer que foi a melhor solução já no imediato. É prematuro dizer que foi a melhor solução e o mais razoável, o mais prudente é dizer ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... vamos averiguar o que é que se passou e depois retiramos conclusões e não retiramos conclusões precipitadas desde logo à partida. Segunda questão que é a fundamental: o que é preciso acima de tudo, o que é necessário acima de tudo, é que se acompanhe o que é que se vai verificar com a instituição que surgiu na sequência do desaparecimento do BANIF, uma instituição com uma tradição histórica, um património importantíssimo na Região, sucessor de instituições que foram muito importantes para a economia dos Açores e para a sociedade açoriana e é necessário fazer esse acompanhamento muito de perto, designadamente nos três níveis que eu referi: o que é que se vai passar em termos de trabalhadores e as respetivas reformas, o que é que se vai passar com a rede comercial e a forma como pode ser assegurada uma política de proximidade ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

... e continuar a acompanhar, dar uma resposta à diáspora, dar uma resposta aos emigrantes açorianos que se viram neste momento com uma situação diferente na ligação que têm à sua terra de origem.

Da nossa parte, da parte do PSD/Açores, estamos a fazer esse acompanhamento e vamos fazer esse acompanhamento de perto.

Esperemos que o Governo da Região que tem especiais responsabilidades neste domínio faça este acompanhamento também de uma forma muito próxima e que não deixe que este processo possa vir a refletir-se negativamente na economia dos Açores e na confiança que existia por parte dos açorianos nesta instituição.

É isso que esperamos.

Da nossa parte nós vamos acompanhar a situação. Esperemos que o Governo faça o mesmo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é tudo conversa para boi dormir!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PCP fez aqui aquele que é agora, atualmente, o seu discurso ilusionista em que está apenas para as boas notícias e para as más notícias não está. Está e não está conforme as circunstâncias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Deputado, é mesmo isso!

Portanto, é esta a postura do Partido Comunista a nível nacional ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se não fosse a sua capacidade de análise não sei o que seria da política açoriana!

O Orador: ... e é também esta a esperança do PCP e do Bloco de Esquerda da nossa extrema-esquerda no âmbito das eleições que vão decorrer em outubro deste ano, ou seja, repetir aqui, nos Açores, o cenário que nós temos a nível nacional.

Portanto, o PCP não assume nenhuma responsabilidade sobre os erros da governação, por exemplo, sobre a questão do BANIF, não assume, e só lá está para dar as boas notícias e, por isso, Sr. Deputado, é esta a crítica que eu tenho que lhe fazer, porque o Governo que implementou, por exemplo, esta solução do BANIF com que Vs. Exas. não concordam, é o mesmo

Governo que está apoiado por Vs. Exas. e suportado no Parlamento por Vs. Exas..

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado! Muito bem dito!

O Orador: Esta é que é a questão fundamental. Portanto, o Sr. Deputado pode dizer-me: “Bom, mas é essa a sua argumentação?”

É evidente!

Porque o Governo que Vs. Exas. estão a suportar no Parlamento (e só lá está porque V. Exa. e o Bloco de Esquerda o estão a suportar do ponto de vista parlamentar) é o mesmo que toma as decisões em relação à criação dos feriados, mas também é o mesmo que faz pagar aos contribuintes mais este resgate à banca portuguesa. É o mesmo Governo! É o mesmo Governo que o PCP está a suportar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, esta é uma crítica que eu tenho que lhe fazer, Sr. Deputado, em relação à incoerência do seu discurso e, portanto, não espere que não se lhe lembre aqui quais são as responsabilidades do Partido Comunista na atual situação.

Em resposta, o Sr. Deputado Berto Messias, voltou outra vez com o discurso do super-herói que neste momento temos aqui uma recuperação que é tão grande, é tão impressionante, é tão inesperada que isto só pode ser obra do super-herói, de um qualquer super-herói.

Espero que não se esteja a referir a V. Exa., porque a questão aqui é que eu acho este discurso absolutamente ofensivo para a maior parte dos açorianos que estão a enfrentar dificuldades sociais tremendas, com perdas de rendimento, com grandes dificuldades ao chegar ao final do mês, com emprego precário, e este discurso de um oásis que não existe,

de uma recuperação que não existe e de facto de feitos que não existem e que V. Exa. atribuiu ao Governo Regional dos Açores é algo que eu considero que é profundamente ofensivo para todas estas pessoas, para a grande parte da população dos Açores que está a enfrentar dificuldades tremendas.

Fale com os pescadores, fale com os utentes do Serviço Regional de Saúde, fale com os agricultores e verifique que esse seu discurso não tem nada a ver com aquela que é a realidade que as pessoas estão a enfrentar. É por isso que eu lhe digo que este discurso é ofensivo.

Finalmente, gostava de referenciar também em relação a um aspeto específico que foi aqui discutido, que é a questão do BANIF, que acompanho aquela que foi a posição expressa pelo Partido Social Democrata nesta matéria, ...

Deputado Berto Messias (PS): Mas qual Partido Social Democrata?

O Orador: ... que é vamos esperar pelas conclusões da comissão de inquérito, porque há enormes contradições nesta matéria. Todos nós sabemos (e termino, Sra. Presidente) como é que esta questão nasceu. Há uma notícia na TVI em que existe uma forte presença de capitais espanhóis e depois há um banco a quem o Governo da República, o Governo do Partido Socialista se associa para fazer um grande negócio. Portanto, estas circunstâncias são circunstâncias que eu gostaria de verificar.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

São circunstâncias que aconselham a que de facto se vejam todos os dados, a que se analisem estes assuntos e que se retirem muitas, muitas dúvidas que muitos portugueses têm em relação a este negócio e, por isso,

novamente eu penso que há aqui uma precipitação do Partido Socialista quando tira as suas conclusões, porque até a nível nacional no Partido Socialista há quem já comece a suspeitar das circunstâncias em que decorreu este negócio.

Deputado André Bradford (PS): Nada disso é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Vai salvar as finanças regionais! Já tinha saudades de o ouvir, Sr. Vice-Presidente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O herói dos tempos modernos!

O Orador: Registo as saudades!

Primeira questão para salientar acho que um aspeto que é fundamental e a mudança significativa que ocorre neste debate.

Durante vários anos estávamos aqui a discutir quem é que era o responsável pelos cortes, pela redução no rendimento, pelo aumento dos impostos, pelos cortes na função pública.

Hoje, felizmente, estamos a discutir quem é o responsável pela redução dos impostos, pela reposição dos vencimentos e pelo aumento do rendimento disponível das famílias.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Vice-Presidente, vamos gostar de o ver pagar!

O Orador: Passámos de uma discussão de quem tinha a culpa no que se cortava, agora para quem tem o mérito daquilo que se repõe e isso é uma grande mudança no discurso e na realidade da vida das famílias.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ai é?! Para os seus cofres vai ser! Não tenha dúvida, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Segundo aspeto essencial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem será que vai pagar a fatura outra vez?

O Orador: O que nós vamos ter, o que os açorianos vão ter a partir deste ano de 2016 é um contributo adicional naquilo que é a recuperação do seu rendimento e pela primeira vez no espaço de 5 anos um aumento efetivo e real de um rendimento disponível de forma significativa e o mesmo é feito por três vias: por um lado, pelo aumento do salário mínimo nacional que nos Açores é ampliando em mais 5% e faz com que nos Açores os açorianos tenham um salário mínimo de pelo menos 556€, significativamente superior ao valor a nível nacional; em segundo lugar, por uma redução muito significativa dos impostos sobre o trabalho, nomeadamente por anulação de uma sobretaxa de IRS que foi criada e é bom que todos saibam que os recursos desse imposto foi arrecadado pela própria República quando deveria ser receita da própria Região (e esta reposição da sobretaxa tem dois benefícios: o primeiro diretamente para as pessoas reduzindo significativamente a carga fiscal sobre o IRS e aumentando o rendimento sobre o trabalho, mas também repondo uma situação de clara injustiça de que esses recursos tinham sido retirados à própria Região); e em terceiro lugar, a reposição total do vencimento dos funcionários públicos nas componentes que ainda não tinham sido anuladas na Região por efeitos da nossa remuneração complementar; e em quarto lugar também para apoiar as empresas neste esforço de aumento do salário mínimo a redução da taxa social única que as empresas pagam de forma a que reduzindo as suas contribuições, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não se esqueça das carreiras!

O Orador: ... os seus custos possam ter um melhor efeito sobre esse rendimento.

Mas o que é importante aqui dizer é que, independentemente da maior ou menor forma como estão a ser colocadas essas questões, o que os açorianos terão em 2016 é um aumento do seu rendimento disponível por aumento do salário mínimo, por redução significativa dos impostos sobre o trabalho, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já tinha dito!

O Orador: ... por reposição dos vencimentos que tinham sido cortados na função pública e em quarto lugar também para as empresas reduzindo as contribuições para a Segurança Social.

É isto um efeito que terá impactos muito positivos no consumo interno, no rendimento disponível das famílias, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... na capacitação da própria alavancagem desta componente essencial da atividade económica, contribuindo assim para a dinamização da atividade económica.

Segundo aspeto essencial que também poderá contribuir para a estabilidade de 2016 e para alavancar estas medidas de aumento de rendimento foi efetivamente a solução encontrada pelo Governo da República para o BANIF.

Em primeiro lugar, é fundamental dizer o cuidado e a atenção que o atual Primeiro-Ministro teve para com esta matéria, para com a Região Autónoma e para com o Governo dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Desde a primeira hora posso testemunhar que o Sr. Primeiro-Ministro teve todo o cuidado de colocar o Presidente do Governo Regional dos Açores ao corrente do problema, acompanhando o evoluir da solução e a preocupação clara que ficou expressa na solução final de proteger os depositantes açorianos, proteger os balcões, os trabalhadores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para lá vamos!

O Orador: ... e essencialmente a coragem que teve de assumir um encargo para o país que tinha como contrapartida, se não fosse assumido, um custo que se repercutia essencialmente nas Regiões Autónomas.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Foi para proteger a economia das Regiões Autónomas, foi para proteger o impacto e a importância sistémica que o BANIF tinha nas duas Regiões Autónomas que teve a coragem perante o país ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... de assumir este encargo de forma objetiva, de forma clara e de forma transparente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E todos os açorianos ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: ... e madeirenses sabem que o atual Primeiro-Ministro António Costa fez mais pela estabilidade do sistema bancário e financeiro nos Açores em apenas duas semanas que o anterior Governo em quatro anos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, isso é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É porque é bom que todos saibamos, é bom que todos saibamos que o processo do BANIF foi escondido durante muito tempo ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e foi colocado um prazo que tinha que ser decidido, porque se o BANIF continua com a sua atual estrutura a partir de 1 de janeiro era a garantia dos depósitos de todos os depositantes que tinha ficado em causa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): De todos não! Não era de todos! Só dos acionistas!

O Orador: O que é lamentável é que alguém ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso que o senhor está a dizer é falso!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados, por favor, agradeço ...

O Orador: O que é lamentável é que quem tenha ficado dois anos sem absolutamente fazer nada para encontrar uma solução para o BANIF, sabendo que ela tinha de ser encontrada até ao fim do ano, porque consideravam que não era um banco sistémico no sistema bancário nacional e que as consequências dos seus problemas iria afetar apenas as Regiões Autónomas e era um custo injustificável para os contribuintes,

felizmente para os Açores e para a Madeira houve quem assumisse essa responsabilidade, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Onde é que isso está escrito?

O Orador: ... encarasse o problema de frente, encontrasse a solução melhor possível e essencialmente defendeu a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira, defendeu os açorianos e os madeirenses, defendeu o futuro da economia dos Açores e da economia da Madeira contra o desinteresse que esta matéria foi votada pelo anterior Governo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é a realidade dos factos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Isto é o essencial na matéria e na solução possível no tempo disponível para o BANIF: foi proteger as economias e as famílias dos Açores e da Madeira. Isso é o reconhecimento que ficará para sempre para a história da atuação deste Governo e do seu Primeiro-Ministro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado André Bradford (PS): Custa a ouvir, mas é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Vou-me socorrer de uma frase do Sr. Deputado Berto Messias dos super-heróis dos tempos modernos e, Sr. Vice-Presidente, não tenho grande

tempo, mas nos super-heróis dos tempos modernos há uma grande diferença entre o anterior Governo e este Governo.

Deputado André Bradford (PS): A gente sabe! Este é melhor!

O Orador: É que o anterior Governo manteve o BANIF ...

Deputado Berto Messias (PS): Em segredo!

O Orador: ... na esfera portuguesa durante quatro anos; os senhores num mês deram o banco aos espanhóis. A diferença é só essa.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Num mês os senhores conseguiram dar um banco português ao capital espanhol, enquanto que os outros o conseguiram manter em Portugal.

E já agora, Sr. Vice-Presidente, esses é que são os super-heróis que num mês destroem um banco que valia 900 milhões de euros e o vendem por 150 milhões de euros. Esses é que são os super-heróis, Sr. Vice-Presidente.

Realmente Portugal vai no bom caminho ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores estão em 1639!

O Orador: ... e os portugueses vão ver no fim destes super-heróis quanto é que vão ter que pagar novamente a fatura da vossa irresponsabilidade.

E já agora, Sr. Vice-Presidente, devia ter referido o excelso administrador Luís Amado, socialista, ex-ministro socialista do Governo de Sócrates, administrador do BANIF, que também deve ter alguma responsabilidade. Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):
Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para encerrar esta declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Dispõe de cerca de dois minutos.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Eu vou procurar responder ... Ou melhor, tentar transmitir aquela que é a opinião da Representação Parlamentar relativamente às diferentes intervenções. Irão perdoar-me os Deputados Artur Lima e Paulo Estêvão por não os citar nesta intervenção, mas como o meu tempo é parco ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já citou!

O Orador: ... eu prefiro dedicar-me às questões que de facto considero que são mais importante e vou começar pelo Sr. Vice-Presidente.

Sr. Vice-Presidente, estou perfeitamente de acordo que os tempos são outros, não são os tempos que o PCP efetivamente deseja, mas são efetivamente melhores do que há uns meses atrás e de facto é esse caminho que tem de ser percorrido, um caminho que reponha a dignidade aos portugueses, a dignidade que foi subtraída pelo Governo de direita do PSD e do CDS-PP.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma decisão do Governo que o partido de V. Exa. sustenta na República!

O Orador: Relativamente à questão do BANIF, Sr. Vice-Presidente, eu julgo que se a integração fosse no banco público, na Caixa Geral de Depósitos, quer os interesses das Regiões Autónomas, quer os interesses

dos depositantes e dos investidores teria ficado igualmente garantido e aqui o problema não é um problema de ter entregue o banco aos espanhóis, é porque o banco não foi entregue aos espanhóis. O banco foi entregue a um dos maiores grupos financeiros do mundo do qual uma das famílias mais poderosas do mundo detém nesse banco uma posição, estamos a falar num monstro e foi para aí que o BANIF foi canalizado.

Relativamente às questões do PSD é importante ...

Presidente: Apelo à sua capacidade de síntese, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar.

... aqui dizer o seguinte: esta questão do BANIF é herdada do Governo do PSD/CDS-PP, mas há aqui uma outra questão e a história não pode ficar apagada.

Quem é que privatizou o BCA? E onde é que o BCA foi integrado?

Deputado André Bradford (PS): Que chatice!

O Orador: Foi o último Governo do PSD que privatizou o banco açoriano, o banco público açoriano e que o integrou no BANIF e que até determinada altura, até meados da década de 2000, tinha uma personalidade própria, existia o BANIF Açores, pagava impostos na Região Autónoma dos Açores e depois ...

Deputado António Marinho (PSD): E a preocupação com os trabalhadores, não tem?

O Orador: Eu sei que não gostam, mas têm de ouvir!

... passou para o BANIF e até os impostos deixou de pagar na Região Autónoma dos Açores.

A responsabilidade pela perda do instrumento financeiro público nos Açores é do PSD.

Deputado António Marinho (PSD): E a preocupação com os trabalhadores?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Mas esta questão ainda não fica por aqui. O colapso de alguns bancos no setor financeiro português diz bem das virtualidades da gestão privada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Entregou o banco aos espanhóis!

O Orador: Diz bem das virtualidades da gestão privada!

Mais! E isto levar-nos-ia aqui para a vossa agenda privatizadora que gostariam de ver algumas empresas públicas privatizadas, quando elas resultaram da intervenção da Região exatamente pela má gestão privada, pela gestão danosa da gestão privada e por isso mesmo a Região teve de intervir e essa agenda privatizadora também tem de ser denunciada.

Relativamente ...

Presidente: Tem de ser muito breve, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já acabar, Sra. Presidente. Vou já acabar!

Oh, Sr. Deputado Berto Messias, é evidente que o PCP se congratula com o facto dos indicadores serem de crescimento, mas têm a ver apenas com o seguinte, tem a ver apenas com o turismo. Nós congratulamo-nos com isso, mas não posso deixar de ter uma preocupação: 2015 foi o pior ano para a agropecuária e para as pescas regionais, setores fundamentais que sustentam e dão sustentabilidade à economia regional ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... e Vs. Exas. descuraram esses setores ...

Deputado Berto Messias (PS): Não pode dizer isso!

O Orador: ... e isso não pode ser obliterado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Agradeço-lhe particularmente a tolerância que teve comigo. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrada a declaração política.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 20 para o meio-dia.

Eram 11 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com as declarações políticas.

Eram 11 horas e 50 minutos.

A próxima é do CDS. Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Carta Regional de Obras Públicas é um documento que se pretendia estratégico, garantindo uma previsibilidade ao nível do investimento público, permitindo que as empresas do sector:

- Organizassem a sua atividade a médio prazo;
- Pudessem preparar-se para o futuro, definindo inclusivamente a sua política de alianças;
- Fizessem parcerias, permitindo que as pequenas empresas açorianas ganhassem escala para poderem assim candidatarem-se às grandes obras públicas.

Nenhum dos nobres objetivos da CROP foi cumprido: primeiro, não houve uma única previsão, em termos de calendarização de obras, que tenha sido cumprida; depois, passados três anos de governação, dois quadros comunitários de apoio, e uma revisão da CROP, a percentagem de obras concluídas é de pouco mais de 1%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: As pequenas empresas de construção civil nem se chegaram a organizar, FALIRAM, e as que estão a organizar-se já são só os pesos-pesados da construção civil açoriana.

Ao contrário, os efeitos perversos de dar a conhecer, com antecedência, o preço base de todas as obras que constam na Carta Regional, estão a começar a revelar-se.

Se não vejamos: há obra do porto da Barra da Graciosa, anunciada com um preço base de 5,3 milhões de euros, concorreram apenas duas empresas, cujas propostas, pasme-se, apresentavam valores acima do preço base, ou seja, sabendo-se, à partida, que seriam excluídas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... como se veio a verificar. O concurso ficou deserto e o Governo Regional foi obrigado a voltar a abrir um novo concurso, só que desta vez com um preço base de 6,7 milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Inacreditável!

A Oradora: Ou o Governo Regional cometeu um erro de cálculo do preço base, muitíssimo grosseiro... Estamos a falar de um erro de 1,4 milhões de euros, numa obra de 6,7 milhões... Ou as empresas de construção civil estão claramente a “pressionar” o Governo Regional a inflacionar o preço a que adjudica as obras, isto, se não quiser ficar novamente com os concursos desertos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quem ouviu, no final do ano passado, as declarações do Sr. Secretário Regional da tutela, congratulando-se com uma taxa de execução de 87% da Carta Regional de Obras Públicas, não fica com qualquer dúvida de que o setor da construção civil na Região estará a passar por um dos melhores momentos de sempre.

No entanto, os números atrás dos quais este Governo socialista sistematicamente se protege, escondem uma realidade de factos, que importa revelar.

Desde logo, das 241 obras que estavam previstas para 2015, abriu-se concurso público para 210, só que ficou por explicar aos empresários do setor, a razão pela qual depois das obras serem adjudicadas, passado mais de um ano, ainda não terem sido consignadas, ou seja, as obras ainda não terem, de facto, começado.

O que faltou também esclarecer é:

Das 399 obras previstas na Carta Regional das Obras Públicas quantas é que já começaram, ou seja, quantas é que já estão de facto a decorrer?

Quantas foram entregues a empresas açorianas?

E quantos empregos é que geraram?

O setor da construção civil, assim, não consegue sobreviver por muito mais tempo. É urgente injetar dinheiro na economia Açoriana, e uma das formas de o fazer é o Governo Regional pagar às empresas, atempadamente, de forma honesta e sem subterfúgios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga lá, Sr. Secretário! Quantos?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Tenha calma!

A Oradora: Portanto, a pergunta que se impõe é: se aos 620 milhões de euros, retirarmos os 60 milhões previstos inicialmente para o Cais de Cruzeiros de Angra do Heroísmo, que já não vai ser construído, por decisão unilateral do PS, restam 560 milhões dos quais quantos é que já foram efetivamente pagos às empresas?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na reta final desta Legislatura, o Governo Regional, revelou-se pródigo em planos, cartas e documentos supostamente orientadores, mas muito pouco assertivo na sua execução a favor do desenvolvimento da economia dos Açores.

Dos planos integrados de transportes, aos planos estratégicos do turismo, passando pela CROP, a Carta Regional das Obras de Propaganda, o Governo socialista especializou-se em planos de faz de conta...

E a conta está a ser paga pelos Açorianos, que continuam a atravessar um dos piores momentos económicos e sociais dos últimos 40 anos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Graça Silveira, neste caso concreto o CDS-PP, vem-nos a habituar a este registo, ou seja, perante os factos do sucesso da ação do Governo tenta denegrir esse mesmo sucesso trazendo um conjunto de situações que não correspondem de todo à verdade ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e deturpando os factos tal como eles são.

A Carta Regional de Obras Públicas foi assumida como um documento estratégico para as empresas da nossa Região.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Supostamente!

O Orador: Não é o único instrumento para contribuir no sentido de ajudar a construção civil nos Açores a ultrapassar uma fase que todos nós sabemos que não era uma fase positiva, era uma fase de reajustamento, mas é um instrumento importante e que deve ser encarado e medido com aqueles que foram os critérios e os indicadores que foram definidos desde o início, que era o número de procedimentos lançados que em bom rigor é o único indicador que depende única e exclusivamente do Governo, ou seja, em termos de *timing* de lançamento é o único que depende exclusivamente do Governo. A partir daí há um conjunto de fatores (uns da parte de quem contrata, outros da parte de quem é contratado) que interfere com os *timings* quer de execução, quer da própria adjudicação da obra, quer da própria execução.

Mas como se não bastasse a Sra. Deputada traz a esta Câmara outras situações, de outros setores de atividade cujo sucesso é reconhecido por todos.

Os transportes nos Açores tiveram a maior revolução de sempre, havendo um aumento e um incremento quer da acessibilidade, quer da mobilidade

dos açorianos, com uma redução efetiva do custo da acessibilidade e em termos de turismo, Sra. Deputada, deixe-me que lhe diga, que em outubro já atingimos o melhor ano de sempre (de sempre!) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Obras públicas!

O Orador: ... da história do turismo na nossa Região.

São estes os indicadores que nós temos. É este o sucesso que os incomoda, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda às perguntas!

O Orador: ... porque para o CDS-PP, tal como para o PSD, para os Açores, quanto pior melhor para os senhores, mas não é este o nosso entendimento. Nós trabalhamos para que seja cada vez melhor viver na nossa Região. Esta é a verdade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda às perguntas que lhe fizeram!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tem resposta para as perguntas ou não?

O Orador: Srs. Deputados, aquilo que iremos continuar a fazer é trabalhar de uma forma abnegada para que quer o setor da construção civil, quer todos os outros setores de atividade continuem nesta caminhada de recuperação para que viver na nossa terra seja sempre cada vez melhor.

Obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não respondeu a uma única pergunta!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) Deputado Cláudio Lopes (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: A temática trazida aqui pelo CDS-PP é uma temática importante e é recorrente neste Parlamento e é muito séria, porque é uma temática que importa muito à economia regional e também à vida socioeconómica da nossa Região, nomeadamente em que ela se correlaciona com uma questão fundamental nesta Região que é o nível de desemprego que ainda existe na nossa Região muito dele diretamente ligado à crise que se instalou na construção civil que nestes últimos anos se pode identificar acima de uma dezena de milhares de desempregos diretamente relacionados com a crise que se instalou na construção civil nos Açores e esta crise tem a ver, como foi aqui mais uma vez referido agora pela voz do CDS-PP, com o mal planeamento das obras públicas na Região, ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não é verdade! Oh. Sr. Deputado, sabe que não é verdade!

O Orador: ... a sua não execução de forma faseada e até na natureza da dimensão das empreitadas que fossem mais diretamente dirigidas ao nosso tecido empresarial regional por forma a que ele, sim, fosse o

principal ativo da construção civil nos Açores e não empreitadas de grande dimensão que foram efetivamente acolhidas por empresas fora da Região e até fora do país o que levou para fora da Região os nossos recursos e, portanto, tudo isto afetou profundamente esta falta de planeamento e de faseamento adequado nas obras públicas da Região, afetou profundamente a economia regional e diretamente causou um profundo problema social que foi o desemprego, mas o Governo acenou no início da sua legislatura com uma bandeira de salvação para esta crise, ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Não é verdade! Oh. Sr. Deputado, não é verdade!

O Orador: ... que era efetivamente a Carta Regional das Obras Públicas. Esta Carta Regional das Obras Públicas foi aliás anunciada pelo então Secretário da Economia, Vasco Cordeiro, ainda em maio de 2012 e depois tornou-se uma das bandeiras principais deste novo Governo socialista.

Acontece que esta importante bandeira anunciada já em maio de 2012 só teve uma primeira versão efetiva em junho de 2013, portanto, ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Era adjudicadas! Era de concursos lançados!

O Orador: ... oito meses depois do Governo tomar posse, mas dizia uma coisa curiosa, já nessa altura em que ela foi anunciada em junho de 2013, era de que atenta à grande crise que estava instalada no setor da construção civil nos Açores o Governo anteciparia 50 empreitadas no valor de 84 milhões de euros que pretendia ver concretizadas até ao final de 2013. 84 milhões de euros!

A Comissão de Política Geral convidou o Sr. Secretário Regional da Economia há uns meses atrás para vir à Comissão fazer o ponto de situação desta Carta Regional das Obras Públicas e o que se constatava nessa data era de que efetivamente aplicados na economia regional destes 84 milhões de euros até ao final de 2013, só tinham sido executados materialmente 7,8 milhões de euros, 9% disso. Portanto, a execução desses 84 milhões de euros era de 9%, Sr. Secretário!

Mais! Aquilo que a Sra. Deputada Graça Silveira aqui trouxe também é preciso ser dito e lembrado, era de que a primeira versão da Carta Regional das Obras Públicas previa um investimento público de 620 milhões de euros a executar em quatro anos e a segunda versão da Carta Regional das Obras Públicas que aparece mais de um ano depois da primeira versão das obras públicas já reduz o investimento global para 570 milhões de euros, porque retirou os tais 60 milhões da obra do Porto de Pipas em Angra do Heroísmo e já não era só para quatro anos, agora já se dilatava para até 2020.

Deputado Luís Garcia (PSD): É só milhões!

O Orador: Portanto, esta é uma grande diferença, Sr. Secretário.

Em resumo e em concreto, Sr. Secretário e Sras. e Srs. Deputados, esta Carta das Obras Públicas não tem sido mais do que um *flop* do Governo Regional socialista que temos atualmente, porque é propaganda pura, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Propaganda pura!

O Orador: ... é apenas a gestão de expectativas, até porque se refugia num expediente discursivo ...

(Diálogo inaudível entre o Deputado Artur Lima e o Secretário Regional do Turismo e Transportes)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: É um *flop* puro até porque se refugia num discurso recorrente que é de encarar a execução da Carta das Obras Públicas como um início de procedimentos, ou seja, basta fazer um telefonema para um departamento qualquer e se considerar que é um início de um procedimento, portanto, isto já para o Governo é execução. Isto é na verdade um puro *bluff*, Sr. Secretário, porque o que interessa na verdade às empresas açorianas da construção civil, aos açorianos que estão no desemprego e que foram despedidos por causa da crise do setor ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... é efetivamente qual é o dinheiro efetivo que entra na economia regional e qual é a recuperação de postos de trabalho que está a ser feita com esta CROP.

Isso o Sr. Secretário nunca conseguiu explicar, talvez porque não tem números para isso.

Para finalizar, Sra. Presidente, e agradeço a sua benevolência; para finalizar Sr. Secretário Regional, Eng.º Vítor Fraga, pergunto-lhe:

Porque é que o senhor não responde à Comissão de Política Geral fornecendo os elementos que foram solicitados em outubro do ano passado a V. Exa.?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade! Colocadas por mim!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vítor Fraga): Serão respondidos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, a declaração política do CDS-PP apresenta aqui dados absolutamente preocupantes.

O Sr. Secretário e o Governo não desmentiram.

Por exemplo, diz que depois de “passados três anos de governação, dois quadros comunitários de apoio, uma revisão da CROP, a percentagem de obras concluídas é de pouco mais de 1%”.

Repito: “Obras concluídas a percentagem é de 1%.”

Ora, isto é um chumbo em toda a linha em relação à Carta Regional de Obras Públicas e em relação à responsabilidade efetiva que tem o Sr. Secretário Vítor Fraga no âmbito destes números que são impressionantes do ponto de vista da incompetência que revelam.

Quero aqui também testemunhar nesta Câmara e, aliás, fiz um requerimento há muito pouco tempo sobre isto, sobre por exemplo a obra da RIAC na ilha do Corvo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... uma obra que começou em 2014, uma pequena obra que começou em 2014 e que neste momento ainda não está concluída e que tem paragens sucessivas, em que a obra começa e depois três ou quatro meses depois para, depois há reparações que são feitas e são feitas uma série de reabilitações e depois chega-se à conclusão que afinal não está bem e derruba-se tudo.

É uma coisa impressionante, ou seja, há ali uma fotografia diária para os corvinos de uma obra pública que é um motivo de chacota na ilha, que o Sr. Secretário sabe bem, a RIAC, a obra da RIAC. Fiz-lhe um requerimento há muito pouco tempo. Há dois anos que aquela obra está a

decorrer em que os episódios que vão sucedendo (as paragens, os intervalos, o para/arranca, as modificações na obra ...) é uma coisa impressionante.

O que eu perguntei, a pergunta que eu fiz ao Governo através de um requerimento, é quanto dinheiro já se gastou naquela obra e a mesma coisa em relação a outras obras que estavam planeadas e que estavam previstas do ponto de vista do Plano e Orçamento também e que estavam até com uma dotação significativa e que pura e simplesmente não arrancaram. Falo, por exemplo, de um outro exemplo que lhe quero dar da ilha do Corvo, do edifício sede do Ecomuseu, que já está no orçamento regional há dois anos e neste momento estamos em 2016, fez a sua primeira presença no orçamento em 2014 e vamos ver se é desta que se vai concluir esta obra de “Santa Engrácia”.

Portanto, em síntese, considero que esta declaração política demonstra bem e os dados que foram aqui avançados pela Sra. Deputada demonstram bem que estamos na presença de um imenso *flop*, que estamos na presença de uma baixíssima taxa de execução e, portanto, se há algo que se demonstra é que esta Carta Regional das Obras Públicas não funcionou e que o Governo Regional não teve nem de perto, nem de longe capacidade para a implementar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece que nesta legislatura o Governo dos Açores continua a desenvolver dentro dos limites dos seus recursos e competências, ações e políticas estratégicas

que visam consolidar a Região Autónoma dos Açores como um território socialmente coeso, com reforço de medidas sociais de apoio às famílias e às empresas, com o reforço do investimento público entre outras nas áreas da educação, da solidariedade social, dos transportes, da agricultura, dando uma resposta a uma envolvente económica recessiva e de austeridade, mas que agora tem uma nova envolvente resultante do início da operacionalização do novo ciclo de fundos comunitários para o período de 2014/2020.

O Partido Socialista nunca escondeu que o investimento público para esta legislatura seria direcionado para a criação de emprego, para a promoção da competitividade das empresas e para o apoio às famílias.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Qual emprego?!

O Orador: Depois de um grande ciclo de investimentos em obras públicas estruturais com grande destaque para a nossa rede de equipamentos na área da educação, na saúde, nos transportes, na área da solidariedade social, entre outras, inclusive os partidos da oposição nesta Casa aqui representados na discussão dos fundos comunitários reconheceram que este era o caminho certo de redirecionar o investimento público para a criação do emprego, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... inclusive o Sr. Deputado António Ventura elogiou muito o Sr. Ministro Álvaro dos Santos Pereira para esta nova visão de investimento público, criticando a política de betão feita na Região nos anos anteriores.

Agora, parece que querem mudar a história novamente e voltar a fazer uma política de betão na Região Autónoma dos Açores, mas face a esta realidade e associada aos problemas de financiamento da iniciativa

privada o investimento, este desaparece da equação do investimento do setor da construção civil na Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional dos Açores teve a coragem e a determinação de lançar e publicar a Carta Regional das Obras Públicas em junho de 2013, documento considerado pelo setor como inovador, passando o setor da construção civil a ter um instrumento de planeamento, de gestão estratégico que permitiria previsibilidade de lançamento da contratação pública por parte do Governo Regional dos Açores.

Com os sucessivos atrasos na operacionalização do novo quadro comunitário que levou inclusive à demissão do Ministro Álvaro dos Santos Pereira passando a competência para o novo Ministro Miguel Poiães Maduro e com as alterações introduzidas na política de elegibilidade dos fundos comunitários que na ótica do Partido Socialista não correspondem nem às nossas especificidades, nem às nossas reais necessidades com indicações de prioridades negativas em áreas de investimento importantes para a conclusão da infraestruturização da nossa Região levou o Governo Regional dos Açores a rever este documento em abril de 2015, ajustando a evolução dos projetos entretanto desenvolvidos, reajustando temporalmente a sua execução no tempo em que esta nova realidade determinou.

Aqui o PSD/Açores, nem o CDS conseguiram influenciar nem um bocadinho o Governo da República.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista considera que se deve manter a estratégia de financiar o investimento na Região com o máximo de recursos proporcionados pela política europeia da coesão, do desenvolvimento rural, do mar e das pescas, da investigação, do desenvolvimento e

inovação, com elevados níveis de absorção, execução material e financeira tal como no passado recente.

Foi esta política de elegibilidade das obras públicas que orientou a revisão da Carta Regional das Obras Públicas, documento inovador e estratégico para o setor da construção civil.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Ainda no setor da construção civil o Governo Regional dos Açores desenvolveu o catálogo dos materiais endógenos ou produzidos e transformados na Região, criou uma linha de crédito de reabilitação urbana, criou o programa de apoio à revitalização das lojas nos centros urbanos Loja +, com o COMPETIR + criou mais um instrumento de incentivo à reabilitação urbana que ficará disponível aos açorianos e às empresas e mantém investimentos no âmbito da habitação e a renovação urbana.

Deste modo, o Partido Socialista verifica um conjunto claro de instrumentos e ações que visam contribuir para a sustentabilidade do setor da construção civil, continuando um processo de dinamização do mercado imobiliário e dando continuidade à promoção da reabilitação do parque habitacional edificado correspondendo às expectativas do setor.

Sim, Srs. Deputados, a CROP não é para agradar à oposição, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então, por que é que as obras não começam?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... foi feita para o setor da construção civil e é considerado pelo Conselho Regional das Obras Públicas como um instrumento bom de trabalho.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Para concluir, o Partido Socialista considera que o Governo Regional dos Açores continua a trabalhar até ao limite dos seus recursos e competências para concluir um processo de infraestruturação da nossa Região com equipamentos que contribuem para a melhoria das condições de vida de todos os açorianos e para a coesão territorial da Região Autónoma dos Açores que beneficiam e orgulham em muito todos os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, pelo que para encerrar a declaração política tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Vítor Fraga que tutela além do turismo, os transportes e as obras públicas sistematicamente responde às questões colocadas pelo CDS com “quanto pior para os Açores, melhor para a oposição”. Isto é muito pouco para quem tem muitas perguntas a responder.

Deputado Duarte Moreira (PS): Mas é verdade!

Deputado André Bradford (PS): É pouco, mas é verdade!

A Oradora: Mais! O Sr. Secretário limitou-se a responder às perguntas que lhe foram feitas sobre a situação das obras públicas na Região com o turismo.

Nós já nos habituámos a que ele responda às questões dos transportes com o turismo, porque ficou claro que de facto a SATA está na Região ao serviço do turismo, agora que venha responder às questões que lhe são colocadas sobre as obras públicas com o turismo consideramos que é um bocadinho abusivo.

Aliás, o Sr. Secretário além de se ter especializado em planos falhados também se especializou em frases feitas. Agora sempre que o CDS coloca perguntas claras e concisas é porque o CDS quer o pior para os Açores. Portanto, isto é muitíssimo pouco.

O que é importante registar aqui é que de todas as perguntas que foram feitas ao Sr. Secretário, nomeadamente quantas obras é que já começaram das 400 que estavam previstas na Carta Regional das Obras Públicas, quantas é que foram entregues a empresas açorianas, quantos empregos foram gerados com a tão bem fadada CROP que é um documento inédito no país, ...

Deputado André Bradford (PS): E é!

A Oradora: ... quanto é que este Governo Regional durante estes três anos já pagou efetivamente às empresas dos 620 milhões que estavam previstos para obras públicas na Região.

É que logo, pouco depois, de se publicar a Carta Regional das Obras Públicas que na realidade é uma CROP que é muito mais uma Carta Regional das Obras de Propaganda, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... porque foi o que foi, porque a sua concretização é praticamente nula, praticamente depois da apresentação dos 620 milhões muito bem calendarizados, o que aconteceu é que o Sr. Secretário veio

praticamente com a mesma pompa com que apresentou a CROP amputar 60 milhões ao montante inicial, porque decidiu dar a machadada de misericórdia numa das obras que mais rendeu ao Partido Socialista, rendeu-lhe quatro eleições e foi propagandeada durante oito anos que era o Cais de Cruzeiros de Angra do Heroísmo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, aquilo que se prova aqui hoje é que o Sr. Secretário da tutela não tem respostas para os açorianos às questões que lhe foram colocadas, o qual nós lamentamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Está assim encerrada esta declaração política.

Sr. Deputado Berto Messias para uma interpelação, tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vou interromper os trabalhos para almoço.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

(Aparte inaudível)

Presidente: Foi de 30 e, portanto, vou interromper os trabalhos. Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 12 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos, nomeadamente na Agenda.

Eram 15 horas e 16 minutos.

Entramos hoje no ponto seis: **Projeto de Resolução n.º 130/X – “Recomenda ao Governo Regional o desenvolvimento urgente do processo de construção de novas instalações para a Escola Básica e Secundária da Povoação”**.

Este Projeto de Resolução foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os do processo legislativo comum e para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Começo esta intervenção com uma citação: “A Carta Escolar que vier a ser aprovada pelo Governo Regional deverá contemplar a construção de uma nova Escola Básica e Secundária na Povoação.” Fim de citação.

Esta foi a recomendação feita por unanimidade neste Parlamento ao Governo Regional em maio de 2009.

As razões eram e continuam a ser objetivas: instalações escolares desadequadas à sua finalidade e que já então, há sete anos, se dizia não oferecem condições de trabalho comparáveis com a generalidade das escolas da Região.

As salas são exíguas, o laboratório não passa de uma sala normal desprovida de equipamento específico e sem os meios de segurança exigidos por lei.

Qualquer aluno daquela escola que queira continuar a sua formação na área de física, química ou biologia não dispõe de meios suficientes que lhes permitam iniciar estudos universitários em igualdade de circunstâncias com os demais colegas dessas áreas.

Muitas experiências laboratoriais ficam por realizar devido à falta de material e de espaço necessário e adequado a esse fim.

As instalações desportivas não reúnem as condições mínimas para a prática de qualquer modalidade, além de insuficientes para albergar toda a população escolar, circunstância que obriga os alunos a atravessar a vila até ao ginásio municipal com perda de tempo efetivo de aulas, à mercê de vários perigos e das sempre imprevisíveis condições climatéricas das nossas ilhas.

Se for em dia de chuva já não saem da escola; se tiver começado a chover depois de lá estarem, aguardam para que estie; às vezes chegam molhados à escola e outras vezes perdem a aula seguinte, por vezes aulas de revisões para teste, ou mesmo a aula em dia de teste formativo.

Além disso, a justificação apresentada pelo professor de educação física pode ou não ser aceite pelo professor da aula a que o aluno faltou.

O espaço do refeitório é impróprio para o fim a que está destinado, apesar disso, já serviu disso de sala de convívio, sala de estudo e até de ginásio.

As crianças mais novas em dia de chuva ficam num pátio interno onde o barulho se torna ensurdecido e prejudicial para o decorrer das aulas que se realizam nas salas envolventes.

Na escola também não existem salas próprias e devidamente dimensionadas para educação musical, educação tecnológica, nem para o ensino das TIC.

Faltam também espaços próprios de trabalho para professores, salas de reunião e salas para departamentos curriculares.

Em suma, nesta escola existe uma concentração de aspetos negativos que dificilmente encontram paralelo em qualquer outro estabelecimento de ensino nos Açores.

A descrição das instalações da Escola Básica e Secundária da Povoação não pode ser mais eficiente do que aquela feita por uma Sra. Deputada do Partido Socialista aqui, neste Parlamento, em 2009 e cito: “Espaços exíguos, com dificuldade de circulação de ar, com dificuldade de elaboração dos próprios horários em virtude de muitas vezes ter de haver aulas simultâneas no mesmo espaço.”

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador: Há sete anos era assim. Nada mudou de então para cá, ou melhor dizendo tudo se complicou.

As instalações e os equipamentos degradaram-se, cresceram as exigências e a escolaridade obrigatória foi elevada para 12 anos.

Apenas se manteve o desejo antigo dos povoacenses de disporem de instalações seguras e propícias a um ensino de qualidade que lhes é devido.

O nosso Parlamento já apreciou em 2009 uma petição subscrita por 723 cidadãos e que então deu azo à aprovação de seis recomendações ao Governo Regional, entre elas a de que o Governo devia contemplar na Carta Escolar e cito: “a construção de uma nova Escola Básica e Secundária na Povoação.”

A velha aspiração dos povoacenses parecia finalmente poder tornar-se realidade.

Com efeito, em novembro de 2010 o gabinete de comunicação do Governo noticiava e cito: “Nova escola da Povoação considerada na nova Carta Escolar”. Era assim o título.

Dizia a notícia: “A construção de uma nova Escola Básica Integrada na Povoação está a ser considerada no âmbito da revisão em curso da Carta Escolar da Região, afirmou a Secretária Regional da Educação e Formação.” Fim de citação.

Quanto à calendarização da construção Lina Mendes já havia salientado nesta Assembleia e vou citar: “ que a primeira etapa será inclui-la na nova Carta Escolar enquanto instrumento de planeamento das intervenções da rede escolar da Região, o que significa o comprometimento com a sua construção.”

Repito: “o comprometimento com a sua construção”.

Lina Mendes entretanto cessou funções, seguiu-se-lhe na Secretaria Cláudia Cardoso, depois a Secretaria mudou de Secretário e de nome, foi tutelada por Fagundes Duarte e agora por Avelino de Meneses.

Em julho passado debatemos uma nova petição assinada por 1.163 cidadãos reclamando a construção de um novo complexo escolar na Povoação, sinal evidente de que o Governo Regional socialista foi sempre adiando o futuro na Povoação.

Uma nota final e uma declaração de princípios.

A nota para recordar que em 28 de março de 2012, ano de eleições regionais, o Partido Socialista emitiu um comunicado onde se lê, cito: “O concelho da Povoação precisa de uma escola nova e vai tê-la com o PS.” Fim de citação.

Mais uma mentira ou uma falsa promessa feita aos povoacenses.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não sei por quê? Ainda estamos no poder e vamos estar!

O Orador: A recomendação que hoje o Parlamento deve fazer ao Governo Regional resume-se tão-somente a isto: desencadear urgentemente o processo de construção de raiz de novas instalações para a Escola Básica e Secundária da Povoação.

Julgamos, temos a convicção, que esse é o desejo de pais, encarregados de educação, alunos, enfim, de toda a comunidade educativa da Povoação, de Nossa Sra. dos Remédios, do Faial da Terra, de Água Retorta, de Furnas e de Ribeira Quente.

Eles têm direito a uma educação condigna.

Em nome dessa causa, do futuro, lutaremos para que dessa vontade coletiva se faça realidade e se cumpra a esperança.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam para o debate.

Podem inscrever-se as vezes que quiserem, por isso não há que haver timidez

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se fosse do PPM já tinha passado!

Presidente: Alguém tem de ser o primeiro ou primeira.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Alguém vai ter que abrir as hostilidades, portanto, não me importo de ser eu.

É ponto assente que a escola da Povoação não apresenta as condições exemplares que a maioria do parque escolar da Região possui.

É ponto assente também que a escola da Povoação tem espaços insuficientes e desadequados.

Também é ponto assente que a comunidade educativa entende que aquelas infraestruturas são e estão desadequadas.

Também é ponto assente que já foi intenção do Governo Regional, aquele a que chamam antigo, construir uma nova escola para a Povoação.

Agora, este Governo, a que chamam de novo, mas por acaso também é do Partido Socialista, ignora o clamor popular - e pasme-se! – acha que deve construir diálogos e estabelecer entendimentos. Traduza-se: o Governo diz aos habitantes da Povoação que esperem sentados que isto não está para ser para já.

O Partido Socialista no debate da petição que apelava à construção do novo complexo escolar na Povoação, a 8 de julho de 2015, defendeu que a falta de melhores condições físicas nos estabelecimentos escolares não compromete o desempenho pedagógico dos estudantes e o exercício profissional dos docentes, mas o mesmo Partido Socialista, também nessa

mesma altura, defendia que as condições espaciais contribuem para a promoção do ensino de qualidade e funcionam como um facilitador no processo de ensino/aprendizagem.

Pergunta: afinal para o Partido Socialista as condições físicas dos estabelecimentos de ensino importam ou não para o sucesso escolar?

É que se são importantes estão em falta para com a comunidade educativa da Povoação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Foram construindo escolas gigantescas que forçaram ao encerramento das escolas de freguesia para justificar os mega-investimentos.

Os custos de manutenção destes elefantes brancos irão pesar sobre os orçamentos das unidades orgânicas denotando uma clara ausência de um plano coerente e estratégico, cuja única visão foi atentar ao calendário eleitoral sem fazer o levantamento das necessidades reais da renovação do parque escolar.

O que este Projeto de Resolução pretende é que o Governo Regional faça aquilo que já fez no passado, que é assumir a necessidade de novas instalações para a escola da Povoação, ou a sua construção era importante e necessária em 2009 e deixou de o ser em 2016?

Que condições foram criadas de 2009 para cá que alteraram em 180° as intenções do Governo Regional de construir uma nova escola?

O futuro que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura refere para decidir pela revisão ou construção de uma nova infraestrutura escolar é para quando? Vai decidir quando?

Vai ser mais perto das eleições? É no curto prazo?

Os habitantes da Povoação merecem uma resposta e o que parece é que o Partido Socialista já está tão fechado na sua arrogância que para além de não ouvir os clamores das populações também já não lhe dão respostas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa continua sem inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, acho que não há necessidade de ficarmos tanto tempo à espera.

Por favor inscrevam-se, senão vou passar à votação.

Sra. Deputada Benilde Oliveira tem a palavra.

(*) **Deputada Benilde Oliveira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Como Deputada Regional que sou e apesar de não integrar a Comissão Parlamentar competente em razão da matéria não posso deixar de exprimir a minha posição sobre a eventual construção da nova escola no concelho da Povoação.

Para começar gostava de referir que quem me conhece sabe que sempre estive e estou ao lado dos povoacenses.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Assim reconheço que é preciso uma nova escola só que não será possível, como todos o sabemos e alguns ignoram propositadamente, ainda nesta legislatura, ou seja, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: ... até outubro do corrente ano dar início ao respetivo processo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Porquê?

A Oradora: Aliás, é preciso ter presente que a construção da nova Escola Básica e Secundária da Povoação não consta em nenhum dos documentos que norteiam a atuação do Governo, designadamente o respetivo programa, os planos anuais, a Carta Escolar, ou a Carta de Obras Públicas.

Além disso, num passado muito recente não se construiu uma nova escola na Povoação, porque essa foi a vontade manifestada maioritariamente pelos povoacenses.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Presidente da Câmara!

A Oradora: Este é um dado público e notório.

Na altura, se bem me lembro, foram alegadas as vantagens de uma escola inserida na malha urbana, como por exemplo o diálogo inter-geracional contra as desvantagens da sua transferência para um local distante do centro, como por exemplo a desertificação do núcleo histórico da vila e a crise da economia local.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que é que mudou entretanto?

A Oradora: Não podemos esquecer que a opinião a favor de uma nova escola não era unânime e se hoje o é, é uma unanimidade recente e carece saber se é consensual o local a privilegiar quando surgir a oportunidade de intervir profundamente na escola da Povoação.

Como foi dito recentemente pelo Sr. Secretário da Educação e Cultura, Sr. Prof. Avelino de Meneses, e cito: “No futuro, ponderados todos os factos, logo se decidirá sobre a revisão ou não da nossa Carta Escolar. Porém, se alguma vez estiver em causa a segurança da comunidade escolar alterar-se-ão as prioridades.”

O Sr. Secretário salientou ainda que as condições físicas da escola da Povoação não estão ao nível dos melhores estabelecimentos escolares da

Região, mas considerou que isso não compromete nem o desempenho pedagógico dos estudantes, nem o exercício profissional dos docentes e também não é causa de indisciplina, nem de insucesso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas ele não tinha visitado a escola ainda quando disse isso!

A Oradora: Acrescentando e cito: “Não está contemplada a construção de uma nova escola na Povoação e que não será fácil perante os recursos existentes até 2020 albergar mais uma construção escolar.”

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

A Oradora: Oh, senhor, tenha paciência!

Eu ouvi-o delicadamente. Guarde os seus comentários ou inscreva-se.

Muito obrigada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nem uma coisa, nem outra!

A Oradora: Nem uma coisa, nem outra, mas seja delicado, porque eu não lhe disse nada quando estava ali.

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os apartes são regimentais, portanto a senhora vai ter que os ouvir!

Presidente: Faça favor de continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: Posso, Sra. Presidente?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Deputada Benilde continue a sua intervenção.

Pode, sim senhora.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Esta é a posição do Governo sem meias verdades e sem frases dúbias.

Governar com verdade e transparência é isto. Assim todos sabemos com o que contar (talvez não esteja habituado!).

Para terminar, resta-me dizer que no presente momento a maior preocupação reside na reparação da cobertura do pavilhão desportivo e reparação do pavimento do campo desportivo exterior.

Os povoacenses sabem que neste caso a segurança está garantida, o diagnóstico está feito, a solução está encontrada ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual é a solução? Não ouvi ainda!

A Oradora: ... e brevemente a obra será concretizada.

Sabem que o podem esperar dos governos regionais apoiados pelo Partido Socialista.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Diz a Sra. Deputada!

A Oradora: Digo e confirmo.

Os avultados investimentos feitos no concelho da Povoação desde 1996 nas mais diversas áreas a que me vou dispensar de referir para não sair do âmbito da presente iniciativa demonstram-no bem, mas Srs. Deputados o Partido Socialista não vive do passado. Orgulha-se do passado e governa com os olhos no futuro.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Por isso, o Partido Socialista vai continuar a trabalhar em prol do desenvolvimento da Povoação, *so I believe it!*

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As questões do ponto de vista da construção das escolas resulta sempre num diálogo muito difícil com o atual Secretário da Educação.

Ainda me lembro da questão da ampliação da escola do Corvo, em que nós tivemos aqui um diálogo muito difícil e em que de facto a ampliação da escola do Corvo aconteceu, aumentou a área construída, mas para o Sr. Secretário apenas se tratou de um reordenamento do espaço.

Aqui o que é importante no âmbito destas questões é mais do que a terminologia, mais do que quem ganha, é garantirmos que quem ganha são aqueles a quem interessa verdadeiramente estas iniciativas e estas preocupações que são os nossos alunos, os alunos açorianos.

A verdade é que o Governo Regional nesta matéria, é preciso reconhecê-lo, como bem dizia a minha amiga, a Sra. Deputada Benilde Oliveira, tem um bom trabalho desenvolvido do ponto de vista das infraestruturas escolares.

É verdade que ao longo de todos estes anos, é inegável, o Partido Socialista desenvolveu, construiu um grande número de construções escolares.

Ao contrário do que se possa pensar, que muita gente pensa às vezes no nosso arquipélago, a ilha de São Miguel, do ponto de vista de algumas infraestruturas (e é verdade também do ponto de vista das infraestruturas escolares em São Miguel), não está muito mais bem servida do que as outras ilhas.

Penso que muitas vezes não se tem a plena consciência de que a ilha maior, que tem cerca de 60% dos alunos dos Açores, de facto tem

necessidades muito grandes e que são às vezes menos visíveis do que outras ilhas.

Portanto, eu quero aqui fazer referência porque conheço a escola, além de ter oportunidade de ter verificado a descrição, por exemplo, da Associação de Pais em relação às várias instalações e às condições que aqui estão (terão oportunidade, os Srs. Deputados já tiveram oportunidade de discutir uma petição também neste sentido), o que se verifica é que de facto aquele complexo escolar não está ao nível do conjunto das instalações escolares que temos por toda a Região e que tem algumas deficiências neste momento que resultam também quer do tempo, da degradação do edifício e também da criação de novas valências entretanto do ponto de vista curricular e da melhoria do ponto de vista das exigências que nós temos do ponto de vista das instalações escolares a verdade é esta: hoje em dia a escola da Povoação, a Escola Básica e Secundária da Povoação, as instalações têm deficiências gravíssimas e é uma prioridade. É uma prioridade que tem sido descrita por parte dos professores, é uma prioridade que é descrita por parte dos alunos, é uma prioridade que é descrita por parte dos pais, é reconhecido por todos, quem tiver a oportunidade de se deslocar à escola verifica que há, neste momento, ao nível daquela escola graves deficiências.

Portanto, constitui uma urgência, uma urgência tão grande como a do Corvo, ou também como em São Jorge, que por exemplo, acabaram-se de construir ótimas instalações escolares, mas é de facto em São Miguel, na Povoação, que também temos ali um problema grave e aqueles alunos de facto, neste momento, não têm as melhores instalações escolares e é preciso reconhecer isto. É uma urgência! É de facto uma urgência e é de facto fundamental que se possa construir um edifício escolar com todas as

condições que os nossos alunos merecem e que em muitos casos na nossa geografia do ponto de vista escolar já têm. A verdade é que já têm e as pessoas na Povoação o que acham é: porque é que se adia esta solução na Povoação?

É ou não é uma prioridade?

É evidente que é!

Portanto, esta teimosia por parte do Governo em relação a esta questão é algo absolutamente incompreensível e neste momento veja-se que o Governo Regional também já reconhece que é necessário avançar nesta área e que é uma obra que é necessária.

Há uma consensualização cada vez maior em relação a esta questão, portanto, há uma decisão a tomar e é uma decisão agora apenas política e o que os senhores têm de decidir no fundo (e termino esta primeira intervenção) é do ponto de vista político e do ponto de vista político a questão essencial é esta: aqueles alunos, aquele concelho merece ou não merece ser tratado da mesma forma e com a mesma prioridade com que já se tomaram decisões noutros locais?

Merece ou não merece?

Eu acho que merece. Os senhores se acharem que não merece eu penso que isso vos penaliza em relação àquela população, em relação àquele concelho, em relação àquela ilha.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu pessoalmente já perdi a conta ao número de vezes que este assunto, que este problema foi trazido a esta Câmara para debate sobre diversas

formas e agora temos aqui mais uma forma, uma iniciativa de um Projeto de Resolução do PSD que recomenda ao Governo Regional o desencadeamento urgente do processo de construção de novas instalações para a Escola Básica e Secundária da Povoação.

E eu estava aqui antes de intervir a pensar o que é que exatamente nós estamos a debater, porque pouco a pouco nós temos vindo todos a concordar que aquela escola (e aliás, a última vez que o fizemos foi em sede de Comissão de Assuntos Sociais em novembro de 2015) não se compagina com o orgulho com que esta Região se apresenta ao país em termos de qualidade das infraestruturas da maior parte das nossas escolas. Aquela escola é o patinho feio ao lado que todas as outras que orgulham a Região e que até são muito melhores do que a grande maioria das escolas, por exemplo, do continente.

Se estamos todos de acordo que aquela escola é o patinho feio e tem que o deixar de ser (porque aquela escola não é uma escola vazia, aquelas instalações têm pessoas lá dentro, têm professores, têm alunos, têm funcionários, têm pessoas lá dentro, tem um corpo docente, discente e administrativo que merece o mesmo tipo de tratamento de dignificação e de respeito dos mesmos corpos de todas as outras escolas) o que é que nós afinal temos para debater?

Só há uma coisa para debater: é uma incompreensível teimosia e finca pé do Governo Regional que diz “Não, não se constrói, nem estamos a pensar construir e até 2020 tirem daí a ideia.”

Sras. e Srs. deputados, um dos argumentos que aqui é apresentado e já foi apresentado mais do que uma vez é o seguinte: “Cuidado! Não venham agora pedir uma nova escola quando aqui há uns anos atrás o Governo

que até estava preparado para construir uma nova escola na Povoação não o fez, porque a comunidade local não o quis.”

Oh, Sras. e Srs. Deputados, se este é o argumento para não terem construído, então agora têm um bom argumento para a construir. É que agora a comunidade quer uma nova escola, o Conselho Executivo quer uma nova escola, a Assembleia de Escola quer uma nova escola, a Associação de Pais (e de mães já agora) quer uma nova escola, a comunidade quer uma nova escola, então os senhores não construíram, porque a comunidade não quer.

A comunidade agora quer e os senhores não constroem?

Então mas porque é que só da outra vez é que fizeram a vontade?

Porque é que da outra vez deu jeito fazer a vontade e agora é tão impossível fazer a vontade?

Esta é uma pergunta que deixo ficar e a segunda é: qual é a razão, a verdadeira razão desta recusa em sequer ponderar o problema até 2020?

Isto ao Bloco de Esquerda é que parece completamente *unbelievable*.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: O Sr. Secretário nem atende ao clamor do povo, ao clamor popular, como aliás disse na audição em sede da Comissão de Assuntos Sociais, mas veremos se atende ao clamor desta Câmara e se justifica o porquê da decisão da não construção de um equipamento desportivo que não só corresponde a uma exigência popular, mas sobretudo é uma necessidade

para os alunos que frequentam o ensino básico e secundário do concelho da Povoação e não há nada que justifique a opção do Partido Socialista e do Governo Regional a não ser uma coisa: se o Sr. Secretário Regional nos disser “eu não tenho dinheiro para construir a escola, mas logo que haja disponibilidade financeira a escola será construída.”

Agora, esconder-se atrás de subterfúgios como tem feito não é aceitável e, portanto, Sr. Secretário ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas tem dinheiro para outras comunidades escolares? É porque a escola é em São Miguel? Que é que se passa? Isto é inadmissível!

O Orador: Vou dar aqui uma margenzinha.

... vai ter que nos explicar, não atende ao clamor popular, espero que atenda ao clamor desta Câmara, porque há aqui uma necessidade de que V. Exa. explique e explicita muito bem os motivos da recusa do Governo Regional em dar a resposta a esta necessidade do sistema educativo regional, porque esta é uma necessidade do sistema educativo regional e a V. Exa. cabe dar essa resposta.

Portanto, eu para já fico a aguardar V. Exa. que pelos vistos não gosta do clamor do povo, nem o atende, mas pode ser que atenda ao clamor dos representantes do povo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É inflexível!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que se exige uma resposta do Governo nesta matéria, uma intervenção do Governo. É isso que o PPM espera, é que o Governo participe no debate. É evidente.

Deputado Berto Messias (PS): Se quiser!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Faça uma interpelação para o Sr. Secretário se inscrever!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se quiser?! Ai é! Também há Parlamento se vocês quiserem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não se trata, julgo eu, relativamente a esta iniciativa do PSD que desta forma até acertou na figura com que deveria trazer esta iniciativa ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não costuma acertar?

O Orador: Não, não costuma, mas é um Projeto de Resolução que recomenda e que responde efetivamente a uma necessidade.

Não é para atender a nenhuma espécie de clientela. Não se trata disso. Trata-se efetivamente de dar resposta a uma necessidade do sistema educativo regional e isso está por demais demonstrado e V. Exa., Sr. Secretário, até já teve oportunidade de *in loco* de verificar isso quando reuniu com os docentes, quando reuniu com os órgãos da escola, quando reuniu, no fundo, com a comunidade educativa e que perante a comunidade educativa V. Exa. não foi tão perentório a negar a possibilidade ou a necessidade da construção de uma nova escola e, portanto, V. Exa. vai ter de explicar aos representantes do povo açoriano

porque é que se nega a responder a esta necessidade. É uma necessidade, é uma resposta urgente para uma necessidade que é por demais uma evidência.

Portanto, ou V. Exa. diz que não tem dinheiro e pronto, não tem dinheiro, não tem dinheiro; ou então explica porquê, se é para satisfazer algum interesse local. Se é para satisfazer algum interesse local!

E precisamos que isso seja esclarecido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Meneses.

(*) **Deputado Nuno Meneses (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Penso que relativamente a este assunto ficará quase tudo dito se voltarmos a ler parte do primeiro parágrafo de texto do Projeto de Resolução apresentado pelo PSD e que diz o seguinte: “As instalações não oferecem condições de trabalho comparáveis com a generalidade das escolas da Região.”

Penso que este parágrafo é a chave de toda a contestação.

A realidade revela que efetivamente as infraestruturas de que dispomos afetas ao ensino estão na sua maioria num padrão de qualidade muito elevado que levam naturalmente a população às inevitáveis comparações. Hoje na Região temos de admitir, é pois uma realidade, que o parque escolar de que dispomos é na verdade invejável.

Temos à nossa disposição um conjunto de infraestruturas de enorme qualidade, adequadas às necessidades e prontas a responder às exigências naturais que um ensino que se quer de qualidade assim o impõe.

Mas se é verdade que a este nível o caminho percorrido foi consistente não significa contudo que admitamos que o trabalho se encontra concluído, pois se os casos mais prioritários se encontram solucionados é altura de se avançar no sentido de responder aos desafios que ainda assim se colocam ao nível do melhoramento dos espaços e edifícios existentes. Foi o Governo do Partido Socialista que colocou a bitola num nível bastante alto (reconheço!) e a Escola Básica e Secundária da Povoação efetivamente não está ao nível de outras escolas da Região construídas mais recentemente.

No seguimento dos trabalhos levados a cabo pela Comissão de Assuntos Sociais foi possível visitar a Escola Básica e Secundária da Povoação e *in loco* observar as reais condições do edifício escolar e fazendo-se uma análise objetiva e consciente pode-se verificar o seguinte:

O edifício padece naturalmente dos constrangimentos de qualquer edifício com a idade que aquele apresenta, contudo a segurança dos alunos, pessoal docente e não docente está assegurada, fruto da intervenção feita no talude em 2008 e mais recentemente das obras levadas a cabo no telhado no pavilhão da escola.

As condições físicas da escola da Povoação (mais uma vez volto a referir) não estão ao nível dos melhores estabelecimentos escolares da Região, mas também foi possível confirmar que tais condições não comprometem o normal funcionamento do estabelecimento de ensino.

Agora o que também não é muito fácil de compreender é o facto de durante muito tempo o PSD criticar a política de betão na educação e agora quando os populares se queixam de não ter condições melhores equivalentes às escolas mais recentes construídas na Região, vem o mesmo PSD dizer que afinal o betão era efetivamente necessário.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é demagogia!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é constatar um facto!

O Orador: Mas vamos recuar um pouco no tempo para se perceber também qual foi a posição do PSD em todo o processo da instalação do ensino secundário na Povoação.

Em 1998, como já disse aqui, na altura da discussão da petição, a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais protocolou com o município da Povoação para a reparação e adaptação ao ensino secundário na Escola Maria Isabel do Carmo Medeiros. Com a ampliação do edifício colocou à disposição mais 20 salas de aula e onde o investimento ascendeu a 1,6 milhões de euros.

Aliás, o aumento das valências desta escola apenas foi possível uma vez que se perspetivava nessa altura a edificação da Escola das Furnas que receberia grande parte dos alunos desses ciclos com a inscrição na unidade orgânica libertando espaço para a criação das turmas do ensino secundário naquela escola.

A escola em causa tem uma capacidade para 250 alunos e tem neste momento 132.

O PSD, enquanto estrutura local nessa altura na oposição, não se pronunciou.

Talvez convenha referir também que se é verdade que em 2009 houve uma petição no sentido de se avançar com um novo complexo escolar na Povoação, é verdade também que nesse momento o Governo Regional teve abertura suficiente para se avançar com essa discussão e inclusive manifestou intenção de o fazer.

Mas repare-se no seguinte: rapidamente se concluiu que no centro da vila da Povoação não seria possível empreender uma obra de tal envergadura por manifesta falta de espaço disponível, tendo a solução apresentada sido a de deslocalizar o edifício da eventual nova escola para um local mais distante do centro.

Essa foi, portanto, uma solução mal acolhida por empresários e também pela autarquia.

Não se avançou com a construção da nova escola também porque a Câmara Municipal e Assembleia Municipal não concordavam com a saída da escola do centro da vila. Essa também é uma realidade.

Esta foi a posição assumida frontalmente pela autarquia, posição que nunca escondeu, posição essa que acabou por ser respeitada pelo Governo dos Açores naquele que se pode considerar o respeito pela diversidade de opiniões e que revela também o respeito pela pluralidade e diversidade de algumas opiniões dentro do Partido Socialista.

Foi ainda dito pelo Presidente da Câmara Municipal aquando da visita feita pela Comissão de Assuntos Sociais à vila da Povoação o seguinte: “Uma parte dos professores não defende a construção de um novo edifício escolar. Os empresários estão contra a saída da escola da vila. A maioria dos membros da Câmara está contra a saída da escola da vila e que a maioria dos membros da Assembleia Municipal, incluído aqui o PS, mas também membros do PSD, sendo um deles empresário, outro funcionário da escola, outro professor, estão contra a saída da escola da vila.”

Quanto a esse último ponto não ouvi contestação por parte dos deputados do PSD.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é falso! A Assembleia Municipal não se pronunciou sobre isso na altura!

O Orador: Aliás, foi isso que foi dito pelo Presidente da Câmara e na altura não ouvi contestação. Foi o que eu disse.

Depois, outras questões também se têm levantado quanto às instalações desportivas e quanto à lotação da escola e falta de espaço.

A questão do pavilhão, dos alunos terem de se deslocar numa vila como a Povoação parece-me consensual não se justificar a construção de mais um pavilhão, sendo mais prudente a opção de se requalificar os existentes numa altura em que a gestão dos recursos disponíveis se quer coerente e é de envidar esforços no sentido de rentabilizar os recursos que já existem.

Em relação à questão da lotação da Escola Secundária da Povoação foi também concebida para uma lotação máxima de 650 alunos.

Pois em 2006/2007 se tínhamos 604 alunos, agora temos 475, ou seja, menos 129 do que aqueles que tínhamos, ou seja, fica demonstrada a tendência de decréscimo, rebatendo-se a ideia de que os espaços disponíveis virão a ser insuficientes e exigindo-nos a ponderação necessária numa futura tomada de decisão relativamente a uma nova solução para o complexo escolar da Povoação.

Naturalmente que a gestão do espaço pelo órgão de gestão não é a mais fácil, mas tem sido conseguida de forma hábil, aliás, como se constatou aquando da visita à escola.

A gestão da rede escolar é complexa, a sua manutenção é dispendiosa, de maneira que devemos olhá-la de forma integrada, de forma a responder da melhor maneira às necessidades de todos e a evitar precipitações que podem custar caro ao erário público e, por conseguinte, a todos nós.

Há contudo outras escolas na Região a necessitar de intervenções urgentes também e é isso que o Governo Regional de uma forma faseada e estabelecendo prioridades está a fazer e vai continuar a fazer daqui por diante.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de continuar a participar neste debate e pedir a nós todos que façamos um esforço para esquecermos as expressões a favor e contra a construção de uma nova escola; esqueçamos as expressões a favor e contra daquela localização ou de outra localização.

Vamos partir do princípio que a comunidade, a Assembleia Municipal, a Câmara, a Associação de Pais, a Assembleia de escola, o Conselho Executivo, nenhuma destas entidades nem a população se pronunciou sobre a situação das instalações daquela escola, mas o certo é que nós temos um Governo Regional, temos uma Secretaria Regional da Educação e Cultura que olha para as infraestruturas das escolas da Região e se interrogam onde é que nós temos prioritariamente que meter a mão, digamos assim, que meter as mãos às obras para que estas escolas, ou esta escola, crie condições, tenha condições de igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens, mesmo para aqueles que frequentam e sobretudo em relação àqueles que frequentam as escolas de ponta que existem na nossa Região.

Então o Governo Regional e a Secretaria Regional da Educação e Cultura, sem ser pressionado por ninguém, olha para a Escola Básica e Secundária da Povoação e repara no seguinte. Estamos a falar de uma escola que não possui espaços de convívio para alunos, não tem sala de estudo, anfiteatro, biblioteca devidamente organizada e dimensionada, não tem salas de apoio, salas para os departamentos curriculares, nem gabinete médico, nem espaços verdes, nem de lazer.

Bom, temos aqui um problema, mas a seguir esta mesma escola não tem salas próprias para as disciplinas de educação musical e educação tecnológica, ou para o ensino das TIC, não tem laboratórios de física, química e biologia devidamente dimensionados e apetrechados com equipamento específico e os meios de segurança exigidos por lei. Não tem instalações desportivas que impeçam os alunos ... Pelo contrário, tem instalações desportivas que por não reunirem as condições mínimas obrigam os alunos a atravessar a vila até ao ginásio municipal, portanto, à mercê de vários perigos e de circunstâncias imprevisíveis.

O espaço do refeitório é impróprio para o fim a que está destinado, além de que é um espaço que serve simultaneamente de sala de convívio, de sala de estudo e até de ginásio e perante uma escola com estas características, independentemente das expressões todas da comunidade intra ou extra escola, o que é que pensa o Governo Regional e a Secretaria Regional da Educação e Cultura?

Pensa, como já foi aqui afirmado dentro desta Câmara, que esta situação de instalações e de infraestruturas não põem em causa de maneira nenhuma, não comprometem, a componente pedagógica e os resultados pedagógicos desta comunidade escolar?

Oh, Sras. e Srs. Deputados, e sobretudo Sr. Secretário Regional da Educação, então para que é que se fizeram escolas novas e obras nas outras escolas?

Então também não se comprometiam.

Então a conclusão a tirar é que se gastou dinheiro mal gasto, porque afinal as escolas podem não ter nada disto que aqui está e nada compromete o aproveitamento dos alunos e a qualidade pedagógica nem do ensino, nem da aprendizagem.

Portanto, os senhores vão de argumento em argumento e ainda não acertaram um. O primeiro é: a comunidade não queria; agora é: a comunidade quer; depois é: não invalida, nem põe em causa a componente pedagógica, mas entretanto há escolas de ponta na nossa Região. Orgulhosamente únicas no contexto nacional!

Então esta o que é? É o patinho feio?

Ou na realidade é esta comunidade e esta população que não merece?

Ou há alguma coisa por trás desta teimosia que a mim pessoalmente me escapa e que possa explicar a razão de não, não e não, alunos, professores, funcionários, tudo vai continuar como está.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, na realidade há muitas explicações que não foram dadas, porque nós continuamos (eu pelo menos, culpa minha, se calhar) exatamente como estava no princípio desta discussão que como disse na primeira intervenção tem aqui vindo reiteradamente, tem sido aqui reiteradamente trazida e ainda não foi aduzido nenhum argumento que convencesse de uma vez por todas quer esta Câmara, quer a tal comunidade de que estamos a falar intra e extra ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... Escola Básica e Secundária da Povoação.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Enquanto o Sr. Secretário Regional da Educação ganha coragem para vir ao debate ...

Aliás, o Sr. Secretário Regional ... ou melhor, o Deputado Paulo Estêvão está a fazer escola neste Parlamento e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura está a fazer uma boa aprendizagem da escola de V. Exa.. Depois explico!

Eu vim a debate para dar mais um bocadinho de tempo ao Sr. Secretário Regional, para ganhar a coragem para vir ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Não! Isso tem razão, isso é verdade!

A propósito da intervenção do Deputado Nuno Menezes, e particularmente da forma como ele iniciou a sua homília acerca deste assunto e que tem a ver ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado, se não tem nada a dizer sobre este assunto, não se inscreva!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não se inscreva!

O Orador: ... com um juízo, na minha opinião, abusivo relativamente à interpretação que fez do primeiro parágrafo do Projeto de Resolução do PSD, que eu espero que o próprio PSD venha depois dizer se assim é ou não, mas que me parece que é uma interpretação abusiva daquilo que está

escrito aqui no Projeto de Resolução do PSD, o primeiro parágrafo, e que tem a ver com o facto do Deputado Nuno Meneses ter deduzido daqui que as escolas da Região têm umas condições de trabalho excelentes e que pelo facto de haver uma escola ou outra que não tenham essa excelência, mas que as instalações, as condições de trabalho são suficientes, as outras é que têm um nível muito elevado.

Bem, nem me parece que seja assim, ou melhor nem me parece que o PSD (mas o PSD dirá) quereria efetivamente dizer isso, mas o PSD certamente esclarecerá.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já só tem um minuto, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Nuno Meneses, parece-me a mim abusiva essa sua avaliação, porque não é verdade de facto. Não é verdade!

Há escolas com boas condições, há escolas até cuja construção, materiais empregues, dimensionamento, são luxuosas, o que só por si não garante qualidade no ensino, mas há muitas outras escolas que têm sido esquecidas, sobre as quais não tem havido nenhum tipo de investimento e há outras que estão desadequadas como é a questão das instalações que são utilizadas na escola da Povoação e que necessita urgentemente de um novo equipamento, de uma nova infraestrutura para que o processo de ensino/aprendizagem reúna as condições necessárias para que o processo de ensino/aprendizagem decorra com toda a normalidade que é o que não está a acontecer naquela escola.

Muito obrigado, Sra. Presidente, e aguardemos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
A generalidade dos políticos sobretudo em ano de eleições só sabe dizer sim.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Isso é uma autocrítica!

O Orador: À custa disso muitas, muitíssimas governações não passam de uma resma de projetos sem concretização. Saem caro, muitíssimo caro todos esses sins ditos sem critério e o custo não é propriamente um custo financeiro. Ele é ainda pior. Consiste muito simplesmente na perda da credibilidade dos políticos aos olhos do povo.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: Em vez de dizer sim um político deve sobretudo saber dizer não, porque muitas vezes não pode ser mesmo independentemente da nossa vontade também do grau de cada necessidade. É precisamente não que eu hoje direi a propósito deste Projeto de Resolução do PSD que recomenda ao Governo Regional o desenvolvimento urgente do processo de construção de novas instalações para a Escola Básica e Secundária da Povoação.

É um não para sempre?

Claro que não, porque nada, nada é imutável, mas é um não agora, porque não pode ser de outra forma.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Daqui a seis meses passa a sim!

O Orador: Acerca desta iniciativa do PSD, sem qualquer vontade de ressuscitar espantalhos, ...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Quem é o espantalho?

O Orador: ... há coisas que entretanto não podem calar, nem sequer sob o risco da repetição.

Na Povoação a construção de uma nova escola terá de fazer-se necessariamente na periferia, longe do centro da vila que será vítima de desertificação.

Deputado José Contente (PS): Ora bem!

O Orador: Mesmo assim o PSD insiste nas vantagens da construção da nova escola.

Nas Lajes do Pico, perante um caso semelhante, o PSD critica a construção da nova escola na Ribeira do Meio por supostamente vir a causar a desertificação do centro da vila.

No mínimo esta simples constatação de factos contribui para a degradação da atividade desta Assembleia originalmente pensada como areópago de debates muito mais nobres.

Por acréscimo, esta simples constatação de factos transmite neste caso em concreto do PSD o retrato de um partido sem projeto que sobrevive de biscates.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é verdade! Mas o que é que isso tem a ver com a escola?

O Orador: Não viria mal nenhum ao mundo se tudo isto não passasse de um problema do PSD, mas não é bem assim. Esta falta de critério, mesmo de rumo é um descrédito para a política, para toda ela, é um descrédito para os políticos, para todos eles, é por esta e por outras que entre o povo reina a desconfiança na política e o alheamento da política.

Entremos em matéria de facto. Em 2008 uma petição para a construção de uma nova escola na Povoação traduziu-se em 2009 em recomendação ao Governo que jamais foi vertida em documentos provisionais.

Em 2015 a apresentação de uma nova petição sustentada pela subscrição de 1.163 povoacenses demanda naturalmente uma acrescida atenção.

Porém, a insistência e o clamor populares não obrigam por si só à admissão acrítica dos motivos invocados já que se alguns são atendíveis, outros são relativamente despropositados.

Com efeito, se admitirmos a insuficiência e a desadequação de alguns espaços, admitimos menos que se condene a utilização de equipamentos municipais quase contíguos e não admitimos de forma alguma que se invoque o ruído do trânsito da rua, muito menos o ruído das cadeiras que deslizam em piso de mosaico para exigir a construção de um novo edifício traduzida num avultadíssimo investimento que todos nós teremos de pagar mais cedo ou mais tarde, com mais ou com menos custo.

De resto, importa dizer que as condições físicas da escola da Povoação não estão ao nível dos melhores estabelecimentos escolares da Região, mas também não é verdade que tais condições comprometam o desempenho pedagógico dos estudantes e o exercício profissional dos docentes, não sendo por isso fomentadoras de indisciplina ou de insucesso.

De resto, com recursos disponíveis nós zelamos pela conservação e pela segurança da escola da Povoação como é nossa obrigação.

No ano transato promovemos uma intervenção no teto do pavilhão por razões de segurança.

No ano em curso promoveremos a vedação de infiltrações na cobertura do pavilhão para evitar a queda de água no pavimento. O propósito seria também o da melhoria do piso das instalações desportivas.

Manda a verdade que se diga que esta não é entretanto uma garantia absoluta dado o dever que temos de acudir a necessidades mil, por exemplo, as inesperadamente resultantes dos temporais de dezembro passado.

A humildade e de preferência condimentada com uma porção de frontalidade fica bem na política.

Assim sendo, direi que nem no plano para 2016, nem na Carta Regional de Obras Públicas se encontra prevista a construção de uma nova escola na Povoação.

(Diálogo entre os Deputados de diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: De resto, o projeto não constitui qualquer compromisso eleitoral do Partido Socialista. Mais do que isso!

Os recursos disponíveis, melhor dizendo, com os recursos disponíveis não será fácil até 2020 albergar um semelhante projeto no âmbito das construções escolares a cargo da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

No entanto, a evolução do número de estudantes também não aconselha a edificação, pelo menos urgente, de um novo estabelecimento escolar, já que em vez da expectativa do acréscimo imperam mais as expectativas do decréscimo, senão vejamos.

Em 2006/2007 a unidade orgânica possuía 1.336 alunos, possuindo agora 1.065, menos 271 e quanto à sede, isto é, à Escola Maria Isabel Carmo de Medeiros que aqui nos ocupa, em 2006/2007 possuía 604 alunos e agora possui 503, menos 101.

Além disso, num passado ainda recente não se construiu uma nova escola na Povoação porque não o quis a comunidade dos povoacenses, não o quiseram os encarregados de educação, nem sequer o Conselho Executivo, porque se relevaram vantagens de uma escola inserida na

malha urbana, por exemplo, como aqui já se disse, o fomento do diálogo inter-geracional e a prevenção do desvio contra as desvantagens da transferência para um local ermo, por exemplo, a desertificação do centro da vila e a crise da economia local.

Por isso, se investiu na ampliação da Escola Maria Isabel Carmo de Medeiros e ainda na construção da Escola das Furnas para que o estabelecimento escolar da Povoação pudesse oferecer todas as valências e albergar todos os estudantes.

De facto, na segunda metade dos anos 90 o Governo Regional procedeu à aquisição do edifício da Escola Maria Isabel Carmo de Medeiros, então um estabelecimento de ensino particular a funcionar em regime de paralelismo pedagógico.

Na altura, a oficialização do ensino no Conselho da Povoação e depois a criação do secundário motivaram a ampliação para mais do dobro o edifício da Maria Isabel Carmo de Medeiros e a construção da Escola das Furnas com 2.º e 3.º ciclos que fez a absorção de mais de 200 alunos das Furnas e da Ribeira Quente, diminuindo a pressão estudantil sobre o estabelecimento da vila.

Em simultâneo, a Câmara da Povoação procedeu à reabilitação dos estabelecimentos escolares do 1.º ciclo nas diversas freguesias do concelho.

Apesar da insistência dos peticionários e agora do PSD, na comunidade povoacense não é unânime, como também aqui já se referiu, a opinião a favor da construção de uma nova escola. Basta que interpretemos alguns sinais de origem municipal.

Por isso, sem pressas injustificáveis, atendidos todos os constrangimentos anteriormente referidos, será útil a multiplicação dos diálogos até à obtenção de maior entendimento.

No futuro, ponderados todos os factos, logo se decidirá sobre a revisão ou não da rede escolar com a eventual introdução de uma nova construção.

Se alguma vez estiver em causa a segurança da comunidade escolar alterar-se-ão as prioridades. Todavia, se num futuro próximo tivermos de alterar por razões de segurança as prioridades do nosso programa de construções escolares para construir um novo edifício na Povoação, a construção povoacense far-se-á necessariamente à custa da construção de uma outra escola, ou de um outro qualquer projeto de utilidade pública.

Simplesmente porque o dinheiro é assexuado, não se multiplica, tem de ser gerido com critério, em respeito pelo povo que paga impostos, coisa de que no calor da luta às vezes nos esquecemos.

Deveria acabar aqui, mas justifica-se que diga algo mais.

Passou o tempo de construir, construir e construir, porque havia mais, mais e mais dinheiro. Agora a seleção tem de ser muito mais rigorosa, porque os haveres são muito mais parcos e as necessidades, melhor, as urgências acontecem todos os dias, basta um exemplo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Desde finais do ano passado com o auxílio do Laboratório Regional da Engenharia Civil temos vindo a avaliar o estado de conservação das escolas da Lagoa e das Capelas para optarmos pela intervenção mais racional que ao mesmo tempo assegura comodidade da comunidade escolar.

Agora, um relatório técnico do Laboratório Regional da Engenharia Civil aconselha ao encerramento por razões de segurança do bloco D das

Capelas construído no começo da década de 90, concretamente em 1990, inaugurado em 1991, ao arrepio do cumprimento de regras, em vigor segundo se pensa, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se pensa?! Seja rigoroso!

O Orador: ... e amanhã, como se disse, não haverá aulas. A partir da próxima semana esse bloco já não receberá aulas. A intervenção na Escola das Capelas terá por exemplo de ser recalendarizada, isto é, antecipada.

Ficarei por aqui e creio ter prestado os esclarecimentos essenciais que foram colocados até este momento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nem por isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem umas palminhas?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Tenho que lamentar esta constatação óbvia.

O Secretário Regional da Educação e Cultura, Avelino de Meneses, é a antítese do Prof. Avelino de Meneses que conheço das lides académicas e de outras lides que cruzaram as nossas vidas, mas estando aqui o Secretário Regional da Educação Avelino de Meneses eu não posso deixar de dizer que o senhor enquanto tal é descuidado, não aprendeu e por isso mesmo está a reincidir e está a reincidir em críticas avulsas, impróprias, injustas e intempestivas neste Parlamento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Fê-lo há algum tempo, na ausência dos deputados, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): O senhor engoliu um gravador!

O Orador: ... aos alunos que aqui deviam vir aprender as virtudes da política e da participação cívica numa atitude que em muito se pode considerar de uma certa cobardia política, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque os destinatários da mensagem aqui não estavam, mas hoje reincide e, portanto, tenho que concluir politicamente que V. Exa. não quer aprender, mas não querendo aprender vai ter de ouvir que esse seu tom doutoral, essa superioridade moral que atira a esta bancada não o torna mais sério, nem mais credível do que todos nós que aqui estamos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Aliás, algumas das considerações que o Sr. Secretário Regional acabou de fazer se se quadram bem em alguém deste Parlamento eu julgo que o senhor tem à sua esquerda bons exemplos disso.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Verificamos que afinal dessa capacidade cirúrgica de identificar algumas características nos políticos já não é apenas um deputado da bancada do Partido Socialista que o faz por escrito, é o próprio Secretário Regional da Educação que também o faz aqui no Parlamento.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O que é?

Deputado André Bradford (PS): Ninguém percebeu!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso é uma *private joke*!

O Orador: Se algumas personalidades da bancada do Partido Socialista não perceberam o que eu disse eu posso explicar.

Julgo que o artigo publicado pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado no dia 30 de dezembro era suficientemente esclarecedor. Se quiserem que eu pormenorize alguma coisa, eu também poderei dar uma ajuda, sendo certo que aquilo que o Sr. Secretário Regional da Educação acabou de dizer juntamente com o Sr. Deputado Lizuarte Machado julgo que é mais do que suficiente para todos perceberem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura acusa o PSD de não ter projeto. A primeira acusação é de não ter projeto e não tem projeto porque aquando da nova construção da nova escola das Lajes do Pico o PSD disse que isso ia desertificar a vila, portanto, que era um problema, ...

Deputado André Bradford (PS): Há histórias que têm de ser contadas!

O Orador: ... mas quando se trata da escola da Povoação já não se importa que ela saia da vila.

O senhor tem razão, mas no mínimo vai dar-me razão quando eu agora lhe disser que o PS não quer tirar a escola da vila da Povoação para não a desertificar, mas que fez exatamente o mesmo nas Lajes do Pico.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em que é que ficamos?

E somos nós que não temos projeto?

Temos projeto, Sr. Secretário, e de biscates julgo que também podemos ficar conversados. Nós os dois seguramente podemos ficar, agora na bancada que o apoia sobre biscates o senhor provavelmente, apesar de estar aí sentado há 18 meses já os conhecerá melhor do que eu para classificar dessa maneira.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Mas diz também que um político não pode dizer sempre que sim, não pode dizer sempre que sim, não pode dizer que sim em ano de eleições.

Deputado Domingos Cunha (PS): Justifique-se! Mas quem é que é biscateiro?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Olhe à sua volta, Sr. Deputado, e vai encontrar ...

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado!

O Orador: À sua volta estão alguns.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, faça o favor de continuar.

Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Domingos Cunha (PS): Aponte! Tenha a coragem de dizer! Justifique lá! Tenha a coragem de justificar! Tenha a coragem de o fazer!

Presidente: Srs. Deputados, os apartes não podem interferir desta forma na intervenção.

Sr. Deputado Joaquim Machado faça o favor de continuar.

Deputado Domingos Cunha (PS): Isto não é um aparte, é uma afirmação, Sra. Presidente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Inscreva-se, Sr. Deputado!

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça o favor de continuar.

O Orador: O Sr. Secretário Regional também diz que o político não pode dizer sempre que sim e não pode dizer que sim em ano de eleições, com isso querendo insinuar que o PSD está a dizer que sim aos povoacenses, porque se trata de ano de eleições.

Sr. Secretário Regional, eu lamento desapontá-lo, mas foi este Parlamento que em 2009 recomendou ao Governo Regional, por unanimidade, iniciar um processo de construção de uma nova escola na Povoação ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e se alguém não fez o que devia, se alguém não cumpriu o seu dever, se alguém foi arrogante, se alguém ignorou a decisão maior deste Parlamento foi o Governo Regional e, portanto, não pode vir com essa acusaçõzinha ao PSD que está a dizer que sim em ano de eleições. Foi este Parlamento, mas mais! Não foi só este Parlamento, foi uma das suas antecessoras que em 2010 disse que a escola da Povoação estava a ser considerada na Carta Escolar, na revisão que estava a ser feita da Carta Escolar.

Foi o próprio Governo Regional!

Nós é que estamos a dizer que sim a alguém?

E mais, Sr. Secretário Regional! A credibilidade dos políticos não é por dizer sim, nem por dizer não.

É preciso dizer sim quando é para dizer sim e não quando é dizer não.

Dizer sim quando é necessário, quando é urgente, quando é prioritário, como é o caso da Escola da Povoação, quando está em causa o desenvolvimento dos Açores.

Agora, vem falar de credibilidade quando a sua Secretaria Regional, que tendo várias áreas a seu cuidado, preferiu, priorizou um investimento de 15 milhões de euros na Ribeira Grande, num Centro de Artes Contemporâneas e deixa os alunos da Povoação comprometer o seu futuro com a indignidade, a desadequação daquelas instalações escolares, o senhor vem falar do crédito dos políticos, vem insinuar alguma coisa ao PSD?

Agora, eu tenho de concordar consigo numa coisa: mais uma vez, depois daquela celebre alusão aos pensos na política de educação, naquilo que estava para trás, eu tenho de concordar. Tenho de concordar não quando diz que acabou o tempo das construções e mais construções. Julgo que o que queria dizer era que se acabou o tempo de construções, de escolas faraónicas, não pela sua dimensão, mas pelo seu custo, de que são exemplo (vou dar-lhe até dois) ...

Deputado André Bradford (PS): As Laranjeiras!

O Orador: ... as escolas de Água de Pau e de Ponta Garça. Não é pela necessidade que elas foram suprir naquelas duas localidades, mas pelo desperdício de dinheiro que os senhores lá fizeram.

Finalmente, e termino esta intervenção assim: se há alguma coisa aqui assexuada não é só o dinheiro que é dos contribuintes e que fica nas mãos do Governo Regional, ...

Deputado André Bradford (PS): Ah, isso é verdade!

O Orador: ... é a política de educação nessa Região que não é masculina, nem feminina, nunca se sabe se é para a direita, se é para a esquerda.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero dizer-vos que estou indignado. Estou indignado com o discurso do Sr. Secretário Regional da Educação, mas eu quero no início fazer aqui uma separação clara entre a pessoa que é respeitável, como todas as pessoas, e o político e as ideias do político.

O Sr. Secretário é aqui reincidente num discurso antiparlamentar. O Sr. Secretário utiliza um tom e um discurso de completo desfasamento em relação à realidade democrática que nós aqui vivemos, todos com opiniões diferentes, todos com prioridades diferentes, mas eu vou dizer-lhe: do ponto de vista político (e apenas do ponto de vista político) o senhor encaixa que nem uma luva no Estado Novo, nos princípios do Estado Novo, o tal governo de académicos que estava muito acima do clamor popular como o Sr. Secretário aqui referenciou. “Não será o clamor popular que irá alterar a posição deste Governo.”

Eu digo-lhe: a democracia é feita do clamor popular, da vontade popular e nós estamos aqui para fazer o que o povo manda, nós estamos aqui para fazer aquelas que são as necessidades, os princípios e as prioridades que o povo define e nós estamos aqui a representar o povo.

Deputado André Bradford (PS): Uns mais e outros menos!

O Orador: É isso que nós estamos aqui a fazer. Não estamos acima. Não temos uma visão faraónica da política, como está o faraó inacessível, mas

sim uma visão horizontal, uma visão democrática, em que todos somos iguais, temos responsabilidades diferentes, mas nós estamos aqui a representar o povo dos Açores e o Sr. Secretário representa um corpo estranho num partido como o Partido Socialista que eu tenho que reconhecer que é um partido fundador da democracia em Portugal.

Deputado André Bradford (PS): Ah! Muito bem!

O Orador: É partido que tem os seus pergaminhos na defesa da democracia em Portugal e o senhor não representa os princípios do Partido Socialista.

Eu tenho que lhe dizer que a sua forma de olhar para o Parlamento, a sua forma de olhar para os deputados, a sua forma de olhar para o contraditório, o senhor não representa esse partido que aí está, que eu sou muito crítico, mas que tenho de reconhecer que tem uma matriz democrática na qual o Sr. Secretário não se insere.

A sua família política, o seu dogma político é o Estado Novo, o governo de académicos que desprezava o povo e aqueles que o representavam, os deputados que forma escolhidos para representar o povo e não para estarem acima dele, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Acima de quem?

O Orador: ... da realidade popular e da vontade popular, mas para os representar, para representar o povo e quero dizer-lhe o seguinte para terminar a minha intervenção.

Quando nós temos descrições de uma Associação de Pais que diz o seguinte: “Em dias de chuva os alunos não têm outro espaço para se recolher durante os tempos livres, a não ser o refeitório, o que os obriga a circular pelos corredores, onde decorrem aulas.”

Eu pergunto: é urgente ou não é urgente resolver uma situação destas?

Esta situação é uma situação indigna e nós temos o dever como deputados de trazer aqui estas preocupações, que são as preocupações dos pais destes alunos e de dizer ao Governo que isto é uma prioridade, que isto não é aceitável.

Quando a Associação de Pais diz: “A proximidade da via pública é tal que muitas vezes o professor tem de interromper o seu discurso sempre que um veículo mais ruidoso ou uma mota passa em frente da escola o que perturba a concentração dos alunos.”

Quando se interrompem aulas porque passa um carro isto prejudica ou não prejudica as aulas? Isto tem alguma dignidade para os alunos dos Açores?

Eu não posso aceitar isto.

É urgente, ou não é urgente resolver esta situação?

Não sou eu que o digo. Não é o PSD que o diz, nem o Bloco de Esquerda. São os representantes dos pais destes alunos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

Quando aqui se descreve “A proximidade entre os dois blocos das salas é tal que é possível a partir das salas ouvir o discurso do outro professor e interromper as aulas”, o que eu pergunto é: isto são condições pedagógicas aceitáveis?

Os senhores dizem-me: “Isto não é verdade. Estes pais e estes representantes da comunidade educativa são mentirosos.”

Então assumam e digam-me que isto é mentira, que esta descrição que aqui está da Associação de Pais é mentira.

Eu acho que esta questão é uma questão urgente. Eu acho que nós como representantes do povo temos que trazer esta questão aqui e o Sr.

Secretário ao utilizar e ao fazer um discurso absolutamente inenarrável contra a democracia, contra a representatividade dos deputados, contra a liberdade, Sr. Secretário ... porque o que Sr. Secretário disse é que “não me interessa o que os senhores digam, ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ... não me interessa o que dizem agora, nem o que vão dizer no futuro. A posição está tomada e é inabalável.”

Sr. Secretário, o senhor não tem lugar na democracia dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Isso é que é uma posição muito democrática!

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho estado atenta ao debate e parece-me que há aqui dois dados que seriam talvez importante demonstrar.

Já se falou, falaram muito na questão pedagógica, falaram muito na consensualidade, dizia a Deputada Zuraida, de que estamos todos de consenso, que é preciso uma escola nova. É verdade! Toda a gente reconhece.

Agora uma coisa é ser responsável, que é o que o PS tem mostrado ser e o Governo e não ser demagógico ao ponto de dizer que é para começar amanhã.

O PS reconhece que é preciso uma escola nova, mas diz: “Não contem com a escola pronta antes de 2020.” Isso chama-se responsabilidade.

Mas vamos lá ver: o Sr. Deputado Joaquim Machado diz que desde 2009 que há movimentações cívicas no sentido de trazer uma nova escola à

Povoação. Aliando isso com o facto de em 2012 o PS se ter apresentado a eleições na Povoação com um manifesto na ilha de São Miguel que não incluía no seu compromisso eleitoral nenhuma escola nova, nem menciona requalificação da escola, eu vou dizer-vos uma coisa: é porque se isso é uma manobra eleitoral em 2012 o PSD teve 1.042 votos e o PS teve 1.917; em 2013, para autárquicas, o PS teve 2.587, mais concretamente a Sra. Deputada que fala fluentemente inglês, coisa contrária a quem tenta imitá-la, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... a Sra. Deputada Benilde foi eleita com 64.64% contra os 31 do candidato do PSD.

Mas não seja por isso, porque se for uma questão eleitoral em 2014 o PS teve 787 e o PSD teve 301.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas se é por uma questão eleitoral em termos de legislativas nacionais em 2015 o PS teve 1.275 já depois das petições, do Projeto de Resolução, e o PSD teve 880.

Portanto, eleitoral não parece que vá ser, porque os resultados não demonstram. As pessoas sabem quem é que é responsável.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Sabem em quem acreditar e sabem que o PS não mente e pelo PS não mentir é que continuam a acreditar.

Agora, há uma coisa que eu também estou a estranhar imenso ainda ninguém ter trazido aqui ao debate, uma coisa que é tão cara às oposições de direita sobretudo. Não, estão caladinhos!

Sabem o que é?

São os *rankings*! Aquilo que os senhores tanto gostam, os *rankings* nas escolas que tem menos de um mês.

Oh, então onde é que está a Povoação?

Eu vou dizer-vos que no ensino básico a Povoação tem atrás dela, para baixo, 10 escolas novas a saber: Francisco Ferreira Drummond, Tomás de Borba, Manuel d'Arriaga, Secundária da Lagoa, Água de Pau, Vila Franca, Ponta Garça, Velas e Laranjeiras.

Tudo, tudo escolas mais recentes que a Povoação. Estão, infelizmente, para baixo nos *rankings*.

Os senhores sabem o que é que isso prova?

Isso prova que isso não tem influência no desempenho pedagógico dos alunos, nem no trabalho dos professores.

Mas eu posso dizer mais, se os senhores quiserem, do secundário. Vamos ao secundário então. Então vou dizer-vos escolas mais velhas do que a Povoação que ficaram à frente da Povoação, como por exemplo a escola de São Roque do Pico, ou a Emiliano de Andrade, que não tem obras desde o tempo talvez de Vs. Exas., e a Escola Secundária Antero de Quental já talvez há séculos é o liceu.

Portanto, também não é por aí.

O desempenho pedagógico não é só adstrito às estruturas, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... também é e isso nunca, nunca, ninguém desta bancada negou, que era, mas não é o essencial, sobretudo a essa bancada não assiste a demagogias de Vs. Exas. em ano eleitoral.

Vai ter uma escola nova quando houver condições, porque, Sr. Deputado, a verdade é que nós não podemos dizer que é amanhã, sabe porquê?

Porque há uma coisa que se chama planeamento e o planeamento foi feito.

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

A Oradora: Não! Mas a senhora disse que estamos todos de acordo que é preciso uma escola nova, mas não é nos termos em que está nesse Projeto de Resolução, porque neste Projeto de Resolução diz de forma urgente.

Ah, ah!

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Então mudamos o assunto de figura, porque o que a gente está aqui a discutir é o conteúdo e o conteúdo diz urgente. Urgente não pode ser.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Joaquim Machado tinha pedido a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, é simplesmente para pedir a V. Exa. que faça distribuir aos Srs. Deputados cópia deste documento que faremos entrega, um documento do dia 28 de março de 2012, é um comunicado do Partido Socialista que diz: “O concelho da Povoação ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não diz quando! Seja sério!

O Orador: ... precisa de uma escola e vai tê-la com o PS.”

Portanto, era ano de eleições e quem o diz é um comunicado do Partido Socialista, portanto, peço que faça o favor de o distribuir.

Presidente: Será distribuído depois de recebido pela Mesa.

Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada Graça Silveira tem agora a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que esta questão das escolas da governação socialista é uma história longuíssima e muito mal contada, porque, Sr. Secretário, ou não é importante as infraestruturas e então não se percebem os milhões que se gastaram em mega escolas, ...

Deputado José Ávila (PS): Investiram!

A Oradora: ... ou são importantes as infraestruturas e não se percebe que depois de todo o investimento que se fez, inclusivamente em zonas onde as escolas eram completamente desnecessárias, existam escolas que ainda persistam com estas condições e passo a lembrar.

Se é verdade que já houve várias petições a pedir a construção desta escola ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Houve duas! Seja séria!

A Oradora: ... e o Governo Regional considera que não deve fazer, é igualmente verdade que houve petições a pedir ao Governo Regional que não construísse escolas novas, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Aonde?

A Oradora: ... que não fechasse a escola, por exemplo, da Feteira, que não fechasse a escola da Feteira porque já se estava a construir uma escola nova na Ribeirinha ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Seja séria!

A Oradora: ... (a escola da Feteira tinha acabado de ter uma intervenção há três anos onde se tinha reformulado imensas coisas), as escolas estavam em ótimas condições para funcionar, os meninos estavam integrados na sua comunidade de proximidade, não queriam mudar de escola e o Governo Regional insistiu e fez uma escola em São Sebastião que teve que esvaziar as outras escolas todas para ter alunos para encher aquela mega escola.

Portanto, Sr. Secretário, peço imensa desculpa, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas então querem ou não querem escolas novas? Não estou a perceber nada!

A Oradora: ... mas se isto é governar a favor do povo, eu não sei o que é que seria governar contra o povo.

E mais! Em relação a alguns comentários ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... referidos por si na sua intervenção e com todo o respeito que eu lhe tenho, devo dizer-lhe, Sr. Secretário, que não podendo o senhor dignificar a atividade parlamentar com o seu exemplo é no mínimo deselegante fazer juízos de valor sobre a credibilidade dos políticos.

Muito obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem agora a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: A Mesa de momento não tem inscrições então.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Três ou quatro esclarecimentos que ficaram para trás.

Não vou reportar-me às intervenções de todos os deputados, algumas delas.

A Deputada Ana Espínola perguntou se boas condições físicas facilitavam a aprendizagem. Obviamente facilitam. Não são tudo, mas facilitam a aprendizagem. Aí estamos de acordo e eu nunca disse o contrário.

Relativamente a outra questão que colocou e que foi agora colocada também pela Deputada Graça Silveira em relação às megas escolas, eu sou Secretário Regional da Educação e Cultura há 18 meses, eu ainda não encerrei nenhuma escola de proximidade. Nenhuma! E já poderia ter encerrado algumas.

Não, não encerrei nenhuma escola de proximidade!

A Dra. Zuraida Soares classificou a escola da Povoação como o patinho feio no panorama escolar dos Açores.

Efetivamente é uma escola que não reúne, como eu disse, as condições de muitas das outras que temos no arquipélago.

Todavia eu ficava relativamente feliz entre aspas se fosse o patinho feio dos Açores, porque a questão portanto resolver-se-ia muito mais facilmente.

O Deputado Paulo Estêvão levantou uma questão que é uma questão verdadeira.

Efetivamente na construção de escolas nos Açores São Miguel ficou um pouco para trás, São Miguel está efetivamente um pouco atrás, São

Miguel carece efetivamente de uma atenção relativamente especial também.

O Sr. Deputado Joaquim Machado a propósito dos meus preliminares, portanto, falou mais do que. Percebi apenas que os meus preliminares tinham incomodado. A intenção não foi essa, mas também não fico minimamente incomodado com isso.

Relativamente ao mesmo assunto, o Deputado Paulo Estêvão falou no Estado Novo. Nós somos ambos de história.

Sr. Deputado, o Estado Novo é uma consequência (e o senhor sabe muito bem) da degradação do Parlamento e a melhor forma de evitar a ditadura, a melhor forma de evitar todas as ditaduras é significar no dia-a-dia o Parlamento, todos os parlamentos.

A minha posição também disse que era inabalável. Disse também que a minha posição era inabalável em relação à escola da Povoação.

Quem esteve atento à minha intervenção percebeu muito bem que a minha intervenção não é inabalável em relação à escola da Povoação.

A minha posição é simplesmente inabalável em relação a esta iniciativa parlamentar de hoje tendente a desencadear-se um processo urgente de construção de uma nova escola da Povoação e tão só.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Na sua primeira intervenção o Sr. Secretário Regional justificou a posição do Governo sobre esta matéria de não se avançar com o processo de

construção, que é uma coisa diferente de começar a construção, com os sinais municipais que se opõem à construção do novo edifício.

De facto assim é. O anterior Presidente da Câmara Municipal da Povoação, que exerceu funções até ao dia 31 de dezembro, manifestou-se contra a construção de um novo edifício na vila, mas na audição da Comissão de Assuntos Sociais o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação, Carlos Ávila, disse mais algumas coisas e algumas coisas que já deviam ter sido objeto de análise, ponderação e decisão por parte da Secretaria Regional e era sobre essas matérias que eu queria questionar o Sr. Secretário Regional.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação, Carlos Ávila, disse que “os conselhos executivos chegaram a implementar estratégias de congestionamento do edifício da escola. A má gestão dos horários [estou a citar o Sr. Presidente da Câmara] está na origem de grande parte dos problemas enunciados, como os espaços que se revelam insuficientes perante a concentração dos alunos em determinado período do dia.

Os horários distribuídos aos professores favorece o congestionamento do edifício da escola básica e secundária. Nem os horários parecem respeitar os direitos dos estudantes e as melhores práticas pedagógicas, parecendo-nos, antes e sobretudo, terem sido concebidos de acordo com os interesses ou as exigências dos próprios professores.”

E só mais esta citação: “A hora de almoço para a grande maioria dos estudantes só é iniciada às 13 horas e 25 em manifesto prejuízo das capacidades e saúde dos estudantes.”

Sr. Secretário Regional, depois da sua sensibilidade para a posição da Câmara da Povoação relativamente à construção ou não da escola quero saber qual é a sua sensibilidade para estas matérias, se elas foram

apuradas, se correspondem à verdade, ou se aquelas declarações que o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação fez à Comissão de Assuntos Sociais trataram-se de afirmações gratuitas, sem qualquer veracidade e como tal devem ser objetivo de contestação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Conheço obviamente as declarações a que alude o Deputado Joaquim Machado. Perante essas declarações a Direção Regional da Educação encarregou-se de fazer uma averiguação.

Não se confirmaram em pleno as declarações que foram avançadas, portanto, não colhemos dados que confirmem em absoluto esse congestionamento de que falou, nem essa má gestão a que também aludiu.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Secretário Regional, eu fico parcialmente satisfeito com as suas declarações.

Primeiro, porque significa que estas observações tiveram uma consequência que foi a da averiguação, mas há de convir que a explicação que aqui dá à Câmara não é suficiente e não é suficiente, porque tem uns laivos evasivos, ou seja, diz “não totalmente”, “não parcialmente” ... Portanto, gostava que confirmasse se há congestionamento por uma má

elaboração dos horários, se há ilegalidade nomeadamente com o horário das refeições, se houve uma intenção deliberada de criar um problema e o que é que entretanto a sua Secretaria, se parcialmente aconteceu alguma coisa, de facto fez para contornar essa situação.

Mas fico também satisfeito pelas suas declarações, as suas explicações,

...

Deputado André Bradford (PS): Já não é mau!

O Orador: ... porque as declarações do Sr. Presidente de Câmara de então acabam, afinal, por ter a relevância política que têm, ou melhor que não têm, não só nesse domínio, mas também em toda a outra avaliação que a Câmara Municipal faz da necessidade de existir ou não uma nova escola na Povoação.

Aliás, serve esta intervenção também para corrigir o Sr. Deputado Nuno Meneses que fez uma reprodução de uma declaração do Sr. Presidente de Câmara que não é nem verídica e parece-me que a sua interpretação é abusiva, porque de facto a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal não deliberaram sobre esta matéria. Portanto, dizer que houve um membro do PSD que está de acordo com isto ou com aquilo é uma absoluta falsidade que eu tenho aqui que expressar desmentido o Sr. Deputado.

Quanto à Sra. Deputada Catarina Furtado, pois, a questão dos *rankings* eu regozijo-me com a sua conversão à matéria dos *rankings* e quando falou dos *rankings* eu pensava que a Sra. Deputada ia-se comedir nas críticas à política educativa do seu Governo, porque de facto por instantes pensei que ia dizer que em 2015 a última escola dos Açores estava só 10 acima da última nacional no ensino secundário.

Deputado André Bradford (PS): E? O que é que isso tem a ver com a escola da Povoação?

O Orador: O que no 1.º ciclo a nossa pior escola estava oito acima da última nacional, ou que no 2.º ciclo a última escola dos Açores estava só três posições acima da pior nacional, ou que no 3.º ciclo a pior escola nacional era dos Açores.

Sra. Deputada, infelizmente isto é que diz bem o resultado das políticas educativas do PS.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para uma intervenção.

Presidente: Sr. Deputado, nós já vamos votar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu já digo a seguir.

Presidente: Em declaração de voto, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

O PSD lamenta profundamente a posição irreduzível e arrogante do Partido Socialista nesta matéria que é dar início a um processo de construção de uma nova escola na Povoação.

Confessamos que, provavelmente com ingenuidade, chegámos a acreditar que o Partido Socialista pudesse dar o seu voto favorável a esta matéria, considerando que iniciar um processo de construção passaria, desde logo, por avaliar onde erguer a nova escola e que, apesar disto convocar estudos de várias naturezas e de ser um processo com alguma morosidade, faria o Partido Socialista votar favoravelmente, mas não só por isso. O votar favoravelmente por reconhecer que a escola da Povoação não tem condições que se comparem com as outras, mas não é um problema de nível, é um problema de efetiva falta de condições que prejudica os alunos, que os deixa em risco, que os obriga a fazerem um percurso formativo, em condições indignas, como é por exemplo o facto dos alunos com necessidades educativas especiais, portadores de várias deficiências fazerem as suas atividades de aprendizagem, ou de ocupação numa antiga arrecadação onde a luz mal entra, junto às instalações da bomba de calor que abastece toda a escola. Isso não é digno e não pode

representar o projeto de uma escola inclusiva que nós queremos em toda a Região.

Em 2009, este Parlamento aprovou uma recomendação ao Governo Regional para construir uma nova escola na Povoação, mas a arrogância do Governo Regional que ignorou este Parlamento não deu sequência a uma recomendação aprovada por unanimidade.

Argumenta o Partido Socialista e o Governo Regional que esta pretensão do PSD não colhe o apoio de toda a população da Povoação. Se formos contar um por um seguramente que assim será, mas os alunos querem uma nova escola, os professores também, o Conselho Executivo quer uma nova escola, os pais também. O Governo Regional e o PS não, apesar de reconhecerem que é preciso uma nova escola. Que contradição maior!

Infelizmente quem fica a perder não o PSD que viu rejeitada a sua iniciativa legislativa. Quem fica a perder são os povoacenses, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... são os futuros cidadãos daquele concelho, são aqueles que vão continuar a fazer o resto do seu percurso formativo e aqueles que hoje já entraram no ensino obrigatório que em 2020 continuarão a não ter uma escola na Povoação em condições, em igualdade de circunstâncias com o resto do arquipélago, com a média do resto do arquipélago, apenas por uma teimosia, ou por inconfessados interesses do Partido Socialista.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Sr. Secretário reconheceu aquilo que está à vista dos olhos de todos, é que em termos de infraestruturas escolares a ilha de São Miguel, que tem mais de 60% dos alunos, ficou para trás. A verdade é esta. Ficou para trás!

Eu disse-o porque é evidente para todos os que conhecem as nossas infraestruturas escolares e o nosso parque escolar. O próprio Governo reconhece que em termos de infraestruturas escolares, não noutras áreas, mas nesta área, São Miguel ficou para trás. São Miguel ficou para trás representando grande parte da população escolar e mais! É onde a população escolar está a crescer efetivamente, enquanto que noutras ilhas está a diminuir. Ficou para trás numa ilha que tem graves problemas sociais e bolsas de pobreza muito grandes e em que era necessário que a resposta fosse o mais qualificada possível e a Sra. Deputada Catarina Furtado tem razão. As infraestruturas escolares não resolvem a situação e a prova está ... Eu reconheci isso e isso mostra como o debate parlamentar é sério, porque eu comecei por reconhecer que nesta área, em termos de infraestruturas escolares, o Partido Socialista tem obra para apresentar, mas a questão é que esta obra, em termos de infraestruturas escolares, não fez com que melhorassem os resultados escolares nos Açores. Estamos nos últimos lugares na Região, o que demonstra que houve um forte investimento em termos de infraestruturas escolares, mas isso não resolveu o problema. Há outros fatores. Há outros fatores que têm a ver com a situação social, a situação de pobreza da família, que tem a ver também com o atraso do ponto de vista educacional de muitas décadas ... É verdade! É verdade para os Açores, mas também é verdade para a generalidade do país. Não é verdade para Lisboa, mas é verdade para o interior do país, para o Alentejo, para Trás-os-Montes que estavam

na mesma situação e só com o liceu na capital do distrito. Portanto, não era uma situação muito diferente. Há um atraso que pode explicar evolução do país, agora nós temos anos e anos ...

Presidente: Sr. Deputado, declaração de voto.

O Orador: Vou terminar.

Presidente: Declaração de voto, Sr. Deputado.

O Orador: Estou explicando porque é que eu considero que era urgente e o que é que enquadra este contexto.

Sra. Presidente, mas eu não vou precisar mais, vou afunilar mais o discurso na Povoação.

Presidente: Agradeço.

O Orador: Neste sentido, o que eu estava a explicar é que há vários fatores, mas as infraestruturas é um fator. É um fator! Porque quando na escola da Povoação o professor que está a dar aula ouve a aula do outro professor isto não são condições ideais. Por amor de Deus! Não é?

Quando não têm salas específicas para que possa ser ensinada a físico-química, disciplinas específicas, em que não têm laboratórios específicos, isto é uma desvantagem. É uma desvantagem!

Nós conhecemos escolas na nossa Região, felizmente, que têm uma qualidade tremenda nestas matérias. É algo que é positivo.

Quando olhamos para uma escola onde é necessário (está mau tempo, vai chover, como vai acontecer nos próximos dias) atravessar à chuva para ir ter aulas de educação física, meus senhores, isto é uma desvantagem, isto é inaceitável. Isto acontecia em muitas outras escolas da nossa Região e já não acontece felizmente. Felizmente! Mas acontece naquela escola e é urgente que esta situação se resolva. É verdade!

Portanto, eu considero que esta é uma questão urgente e que por isso esta iniciativa do PSD, como as outras dos pais, dos alunos e dos professores e as descrições que os professores fazem, é uma situação de desvantagem.

O que é que nós temos que fazer, o que é que os professores têm de fazer e as famílias?

É continuar a trabalhar e fazer o melhor possível naquelas condições.

O que é que este Parlamento e o Governo Regional devem garantir?

Melhores condições. Temos evidentemente muitas áreas, temos muitas decisões e temos que estabelecer prioridades, mas eu acho que há algo que é fundamental verificar aqui, que é uma questão de igualdade dar àqueles alunos as condições iguais à de que muitos outros na nossa Região já beneficiam. Igualdade!

E considerar que é de inteira justiça também, com urgência, resolver este problema.

Sra. Presidente, termino com uma referência ao nosso Parlamento.

O Sr. Secretário referenciou que a primeira República terminou por causa do Parlamento, do sistema parlamentar.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu tenho que fazer esta referência, Sra. Presidente.

O que eu quero dizer é o seguinte: quem conhece a história da primeira República sabe que ganhou sempre o mesmo partido, ganhou sempre o partido republicano, teve sempre maiorias absolutas.

Presidente: Sr. Deputado, o senhor sabe perfeitamente que já extravasou a questão da declaração de voto.

O Orador: Acho que esta questão é fundamental na defesa da dignidade deste Parlamento, porque é fundamental. Houve uma instabilidade governativa, mas servia o Parlamento.

Presidente: Sr. Deputado, nós já não estamos em sede de debate como o senhor compreende. O senhor tem que se cingir à declaração de voto para além de que já esgotou o seu tempo.

O Orador: Pronto, Sra. Presidente, é uma pena. Ficaré para outras circunstâncias eu poder explicar que não foi o Parlamento o responsável pela queda da primeira República.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, por favor acate aquilo que lhe pedi.

Muito obrigada.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente este Projeto de Resolução sem qualquer tipo de dúvida por três razões fundamentais.

A primeira razão é aquilo que tentei deixar claro nas duas intervenções que fiz e chama-se igualdade de oportunidades e nós consideramos que aquela comunidade, a comunidade na Povoação, quer dentro da escola, quer fora da escola, portanto, toda a comunidade escolar direta e indiretamente implicada com a escola está a ser lesada nessa igualdade de oportunidades.

Segunda razão, nós não nos assustamos com o termo urgência. A epígrafe do Projeto de Resolução que é o desencadeamento urgente do processo de construção de novas instalações para a Escola Básica e Secundária da Povoação, o termo urgente não nos assusta por uma razão muito simples é que é urgente hoje, porque em 2009, quando aqui foi votado por unanimidade que se deveria construir uma nova escola na Povoação não

era urgente, não era com pressa, era atempadamente, era dentro de um calendário normal.

Agora é urgente em 2015, porque em 2009, apesar de haver uma decisão desta Câmara com esse objetivo e nesse sentido, essa decisão não foi cumprida. É óbvio e lógico que aquilo que era atempado em 2009, seis anos depois é urgente.

Por outro lado, nós também entendemos que urgente neste Projeto de Resolução e nesta recomendação ficará algures entre 2015 ou 2016, início do ano de 2016, que é a altura em que nós estamos, e 2020 que é o ano em que, de acordo com o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, se começará a pensar na eventualidade de uma nova escola.

Urgente para nós ficará entre estes quatro anos, 2016 e 2020.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Um dia talvez!

A Oradora: Portanto, urgente não é um termo assim tão assustador, bem pelo contrário, do ponto de vista do Bloco de Esquerda é o termo certo para se começar a levar a sério este problema que é trazido aqui mais uma vez por um Projeto de Resolução no caso do PSD.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Não havendo ...

Sr. Deputado Nuno Meneses eu vou dar-lhe a palavra porque é para uma declaração de voto, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E eu era uma intervenção!

Presidente: ... mas isto tem de ficar esclarecido na nossa Casa de que têm de se inscrever.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem, Sra. Presidente!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Meneses (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: A função de quem governa é de ouvir todas as partes e de decidir em conformidade e em consciência de acordo com os recursos e soluções disponíveis, sabendo que investimentos desta envergadura devem ser realizados depois da devida análise crítica da sua pertinência.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Senão vejamos: foi a comunidade da vila da Povoação que não aceitou a construção de uma nova escola quando o então Governo Regional ponderou efetivamente essa possibilidade.

Os pressupostos que levaram a essa denúncia mantêm-se, ou seja, retirar a escola do centro da vila ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é mentira!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: ... traria gravosas consequências ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): É verdade!

O Orador: ... não só na sua desertificação, como também no pequeno comércio, na economia da vila da Povoação, isto na perspetiva de alguns setores locais, incluindo o município da Povoação.

Foi feito um investimento considerável na construção da Escola das Furnas que leciona até ao 9.º ano e na remodelação da escola da sede da vila da Povoação para atender aos interesses da comunidade povoacense. Como já foi dito, nem no plano, nem na Carta Regional de Obras Públicas se encontra prevista a construção de uma nova escola da Povoação.

Mais do que isso! Com os recursos disponíveis será impraticável um compromisso para esta legislatura.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Parece-nos inviável um compromisso do Governo Regional com a construção de uma nova escola num horizonte temporal que vai até 2020.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é falso!

O Orador: Não se pode prometer algo que antes de 2020 não se tem condições para executar, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: ... não tem sido aliás essa a postura do Partido Socialista e até lá far-se-á as melhorias que sejam possíveis.

Bem sabemos que as condições espaciais contribuem para a promoção do ensino de qualidade e funcionam como um facilitador no processo de ensino/aprendizagem, pelo que não se deve descurar o investimento em infraestruturas, ainda mais a este nível, tendo em conta o fim a que destinam, mas esse é apenas um dos fatores de entre muitos que só devidamente combinados e garantidos poderão resultar num pleno sucesso.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação ao pavilhão desportivo que foi há pouco referido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

Presidente: Sr. Deputado Nuno Meneses na declaração de voto não pode interpelar outros deputados.

O Orador: Relativamente ao pavilhão desportivo esta não é ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Oh, continua!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados, estamos quase no intervalo.

Eu apelo a um pouco mais da vossa paciência.

Sr. Deputado Nuno Meneses, está a fazer uma declaração de voto, naturalmente não pode rebater ideias que já foram discutidas durante o debate.

Tem simplesmente de dizer porque é que o PS votou contra este Projeto de Resolução e deve-se manter nessa linha. Agradeço, Sr. Deputado.

O Orador: Muito bem.

Só em relação à questão do pavilhão que foi também tida aqui em conta só dizer o seguinte.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é uma brincadeira!

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: Não é a única escola na Região onde os alunos utilizam um pavilhão exterior à escola para a prática da educação física e temos um exemplo ...

(Diálogo entre as diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Portanto, não é caso único na Região.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Nuno Meneses deverá concluir a sua declaração de voto e acatar aquilo que a Mesa lhe pede.

O Orador: Muito bem. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vou continuar e já terminar.

Como já foi dito pelo Sr. Secretário da tutela, se alguma vez estiver em causa a segurança da comunidade escolar as prioridades terão de ser naturalmente revistas e alteradas, como aliás é marca dos governos socialistas, uma vez que as pessoas estão em primeiro. Foi exemplo disso a intervenção no talude e também no pavilhão e, portanto, esta é a prova de que o Governo está e tem estado atento aos problemas do edifício na escola da Povoação.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então fazer um intervalo.

Regressamos às 10 para as 6.

Eram 17 horas 22 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 01 minutos.

Entramos agora no ponto sete da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 136/X – “Descentralização dos procedimentos concursais para recrutamento e seleção de recursos humanos para a administração pública autónoma”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE. Também foi distribuído por todos vós uma proposta de substituição integral. É esta com certeza que será apresentada, debatida e depois votada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Por uma questão de organização mental minha e das Sras. e dos Srs. Deputados eu vou primeiro fazer a apresentação dos propósitos do nosso Projeto de Resolução, obviamente na versão da substituição integral que já foi distribuída e numa segunda intervenção, numa posterior intervenção, referir-me-ei a um percurso mais ou menos turbulento ou acidentado que este Projeto de Resolução teve na sua avaliação precipitada, mas será para uma próxima intervenção.

Falemos agora dos propósitos deste Projeto de Resolução.

O nosso objetivo, o objetivo do Bloco de Esquerda, é descentralizar os procedimentos concursais para recrutamento e seleção de recursos humanos para a Administração Pública Autónoma.

A Administração Pública Autónoma é um dos resultados mais visíveis do exercício das competências político-administrativas da Região Autónoma dos Açores, exatamente por ter presença física em todas as ilhas do arquipélago, sem deixar de ser uma componente da Administração Pública do Estado, consagrada na Constituição da República Portuguesa. Impõe-se, por isso, no nosso entender, melhorar as condições que garantam uma maior igualdade de acesso dos cidadãos e das cidadãs com residência na Região Autónoma dos Açores, de forma a atenuar os efeitos da descontinuidade territorial que caracteriza o nosso arquipélago disperso por nove ilhas.

A Resolução do Conselho do Governo n.º 178/2009, de 24 de novembro, reconhece e assume (e bem!) a adoção de soluções no âmbito do procedimento concursal para admissão de Recursos Humanos para a

Administração Pública Autónoma, procedimentos estes que garantam o cumprimento dos princípios constitucionais e legais da liberdade de candidatura, da igualdade de condições e da igualdade de oportunidades para todo(a)s os(as) candidato(a)s.

Na Região Autónoma dos Açores, ao contrário da realidade continental, a descontinuidade de território é uma barreira à igualdade de condição de acesso e oportunidades do(a)s candidato(a)s que se veem, assim, limitados no acesso a procedimentos concursais fora da sua ilha de residência, devido às despesas inerentes à deslocação para atender às fases de um procedimento concursal, sem terem, como é óbvio, qualquer garantia de virem a ser selecionado(a)s e admitidos e não preciso trazer a esta Câmara, basta lembrarmo-nos que eu sou capaz de ir de Lisboa ao Porto fazer uma prova e regressar no mesmo dia a casa, enquanto que nos Açores, na Região Autónoma dos Açores, dificilmente, para não dizer quase que impossivelmente, nós nos deslocamos de uma ilha para outra sem levar o pijama, a escova de dentes, porque só poderemos vir no outro dia.

Portanto, há uma despesa, essa despesa de deslocação não se compara com uma despesa de deslocação de Lisboa ao Porto, ou Lisboa/Faro, ou Lisboa/Braga, ou Porto e vice-versa.

Portanto, feitas estas premissas, partindo deste princípio que é a nossa realidade, considerando que a possibilidade de descentralização dos procedimentos concursais contribui, também na nossa opinião, para uma maior coesão da Região, contrariando a lógica do isolamento insular e considerando que a descentralização dos procedimentos concursais permite aumentar a oferta pública de emprego, sem que tal implique um aumento significativo da despesa pública, porque os(as) candidato(a)s

não ficariam, na prática, limitados às ofertas da sua ilha de residência, como na prática agora ficam, a menos que tenham dinheiro de sobra no seu bolso para se deslocarem, o que para um desempregado já é pedir mais do que aquilo que é possível na maior parte dos casos, assim e por estas razões o Bloco de Esquerda propõe a esta Assembleia que recomende ao Governo Regional a adoção, sempre que possível, de medidas de descentralização na aplicação dos métodos de seleção obrigatórios, facultativos ou complementares, nomeadamente, através de (e agora nós propomos três possibilidades para esta descentralização):

Primeira: que a realização das provas de conhecimentos seja feita numa das diversas instalações dos diferentes órgãos e respetivas delegações da Administração Pública Autónoma, localizadas na ilha de residência dos/as candidatos/as;

Segunda possibilidade: que a realização das entrevistas profissionais de seleção e/ou de avaliação de competências seja feita por videoconferência, videoconferência esta disponibilizada numa das diversas instalações dos diferentes órgãos e respetivas delegações da Administração Pública Autónoma, localizadas, mais uma vez, na ilha de residência dos/as candidatos/as;

Terceira possibilidade: que seja garantida a deslocação dos membros do Júri à ilha de residência dos/as candidatos/as, sempre que tal se torne necessário (e às vezes é necessário, a videoconferência não chega), por exemplo, em função da obrigatoriedade da aplicação das provas de avaliação psicológica, exames médicos, provas físicas, que nesse caso seja o Júri a deslocar-se à ilha dos candidatos e não o candidato a deslocar-se à ilha que oferece esse posto de trabalho ou que o põs a concurso.

Para já, Sra. Presidente, ficava por esta apresentação e continuaremos o debate certamente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Feita a apresentação do diploma estão agora abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que agora vamos analisar e votar é no entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista uma proposta bem-intencionada que mereceu toda a atenção e foi alvo de uma análise profunda por parte do nosso grupo parlamentar.

Serão por todos reconhecidos os vários constrangimentos que se colocam aos opositores a concurso quando estes se destinam a preenchimento de vagas fora da sua ilha de residência.

Aqui, como já foi referido pela Deputada Zuraida Soares, reafirma os encargos que essas deslocações e estadias implicam, sem de facto a garantia de virem a ser seleccionados e a ocuparem essas vagas.

Como consta do relatório da Comissão de Política Geral na audição do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional sobre a matéria, o Governo Regional já estava ciente deste problema, porém no contexto comunitário o Governos dos Açores não tem forma de intervir e de inverter essa situação.

Outra das objeções que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sempre teve sobre a proposta inicial referia-se à ilegalidade de pagamento de encargos com a deslocação e o abono de ajudas de custos a candidatos

opostos ao concurso quando residentes fora da ilha onde se destinavam as vagas.

Será de referir que com a legislação vigente em matéria de concursos para admissão de pessoal na administração pública regional permitiu já que fossem realizados alguns casos de descentralização em que foi o júri que se deslocou à ilha de residência dos candidatos e não estes à outra ilha.

Portanto, é uma prerrogativa que a lei não impede e permite esse trabalho.

E termino esta minha primeira intervenção salientando a abertura da representação do Bloco de Esquerda para em diálogo se ter encontrado uma nova proposta que, permitindo alcançar os objetivos iniciais, não coloca qualquer dúvida sobre a legalidade desta atuação, deste procedimento, e assim o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de resolução que o Bloco de Esquerda aqui traz assenta num princípio muito meritório que é de reforçar os mecanismos que permitam garantir ou melhorar ainda mais aquilo que é já a garantia, porque está constitucionalmente consagrado, o direito de acesso à função pública e nessa medida trata-se naturalmente de uma iniciativa meritória, assente num princípio no qual o Governo se revê como não podia deixar de ser.

Acontece que o facto deste acesso à função pública ter esta garantia constitucional tem como corolário que esse acesso não é garantido apenas aos residentes da área geográfica ao qual se refere o concurso.

Portanto, no caso concreto da Região Autónoma os concursos não são apenas e em regra para determinadas funções, poderão existir exceções, mas que eu julgo que não interessará cuidar agora. Interessa-nos o princípio geral que é de que um concurso que decorra na Região está naturalmente aberto à livre candidatura por cidadãos do país, residentes no continente, residentes na Região Autónoma da Madeira e até em muitos casos a cidadãos da própria União Europeia e esta foi uma das dificuldades às quais eu julgo que a Sra. Deputada foi sensível e queria por isso também saudar o esforço que o Bloco de Esquerda fez no sentido de se tornar a proposta que inicialmente apresentou numa proposta que fosse exequível, porque é também importante que aquilo que esta Assembleia aprova possa depois ser executado e possa ter consequência.

Havia naturalmente uma outra questão associada à legalidade de uma das componentes da parte resolutiva da proposta na sua redação inicial que neste momento já não se mantém e que foi já abordada pelo Sr. Deputado Manuel Pereira e, portanto, aquilo que o Governo gostaria de dizer neste momento é que a proposta que estamos a apreciar e que resulta da substituição integral por parte do proponente, do Bloco de Esquerda, contém uma recomendação ao Governo que, indo ao encontro daquele que é já um esforço que o Governo tem desenvolvido para proporcionar as melhores condições para a efetivação dos concursos, não deixará certamente de ser matéria a que o Governo continuará a atender, até porque assenta agora, parece-nos, num princípio de razoabilidade que deve estar presente numa iniciativa desta natureza.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora o Bloco de Esquerda traz essa proposta e em boa hora porquê?

Porque essa proposta vai permitir garantir, como dizia a Sra. Secretária, a igualdade de oportunidade dos candidatos aos concursos públicos da administração pública regional e vai permitir garantir porque antes a igualdade de oportunidade não se verificava e não se verificava porque do ponto de vista dos procedimentos concursais era possível e só não se verificava porque não havia essa preocupação por parte de quem elaborava os concursos.

Deputado José San-Bento (PS): Onde é que estava o PSD esse tempo todo?

O Orador: Em bom rigor é possível acreditar que em algumas situações excepcionais poderia não ser possível na sua plenitude, mas na sua esmagadora maioria das situações era possível, mas para além disso fico agradado em ver que hoje o Partido Socialista tem uma posição diferente daquela que teve na Comissão e sobretudo porque foram lamentáveis as declarações do Sr. Vice-Presidente quer na Comissão, quer à comunicação social depois da Comissão e sobretudo os expedientes que o Sr. Vice-Presidente utilizava para desmerecer essa proposta e retirar o mérito de quem a apresentava.

Por isto, é muito agradável perceber que hoje o Governo quando se vê de certa forma limitado a ter que dizer que sim, ...

Deputado José San-Bento (PS): Já aprovámos uma resolução! Isso não é para si!

O Orador: ... caminha no sentido de procurar minorar aquilo que já fez. Portanto, é com muito agrado que hoje vejo que quer o Governo, quer o Partido Socialista, mudaram a sua opinião para bem dos candidatos, ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não! A proposta é que mudou!

O Orador: ... para bem dos candidatos que estão a ser avaliados para a administração pública regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Essa intervenção não é para si!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ficou mais docinho!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de substituição integral do Projeto de Resolução apresentado aqui pelo Bloco de Esquerda, substancialmente diferente da proposta inicial, pretende sobretudo promover a igualdade de condições de acesso a candidatos com residência na Região Autónoma dos Açores, aos procedimentos concursais para recrutamento e seleção de recursos humanos para a administração pública autónoma.

Porque a nossa função enquanto deputados é promover e apresentar iniciativas que melhorem as condições de vida dos açorianos e as acessibilidades e atendendo à nossa dispersão geográfica é com agrado

que vejo que assistimos a consensos em algumas matérias, como é o caso desta iniciativa e naturalmente que o CDS-PP irá votar favoravelmente esta iniciativa.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Piros tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Piros (PCP): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: A Representação Parlamentar do PCP, e visto que estamos a discutir é a proposta de substituição integral, vai votar favoravelmente esta iniciativa do Bloco de Esquerda, mas gostaria de tecer aqui uma ou duas considerações sobre esta questão, até porque se efetivamente esta recomendação como vai ser acatada e, portanto, o Governo vai promover que os concursos de admissão de pessoal sejam feitos nestes moldes, a verdade é que eu julgo que o Governo e todos nós, mas o Governo desde logo e em primeira instância deveria e deverá pensar em dar mais um passo relativamente a estas questões e eu vou colocar aqui uma questão que um cidadão há algum tempo me colocou e como esse cidadão muitos outros cidadãos da nossa Região vivem esta situação. Um cidadão que faz um investimento na formação dos seus filhos, por motivos diversos que agora não vale a pena estar aqui a considerar tiveram de abandonar a Região, estão com ocupações ou no território continental, ou no estrangeiro e que aquando da abertura de concursos públicos se vêm impedidos de concorrer. Impedidos não formalmente, mas por uma questão de ordem prática, porque ou não têm disponibilidade financeira para se deslocarem para virem fazer as provas à Região, ou até em virtude

da sua atividade profissional que não lhes permite essa deslocação à sua ilha, à Região Autónoma dos Açores.

Portanto, este é um problema que afeta muitas famílias na Região Autónoma dos Açores, muitos jovens que saíram, e certamente teriam vontade e querem voltar para a Região ficam assim impedidos de aceder aos concursos por estes motivos, não por uma questão formal, mas como esta questão muito pragmática que tem a ver com os custos de deslocação ou com eventuais dispensas do seu serviço.

Ora bem, nós vivemos numa era em que a tecnologia já vai resolvendo, senão todos, grande parte destes problemas que têm a ver com a distância e as plataformas eletrónicas já hoje permitem com alguma segurança serem utilizadas para este tipo de iniciativa, designadamente o recrutamento de concursos para a administração pública.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Partido Comunista Português está muito moderno! Muito modernizado!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está a aprender!

O Orador: Esteja à vontade, Sra. Presidente.

Não tem nenhum problema. O Deputado Paulo Estêvão está a aprender e, portanto, eu fiz uma pausa para ele poder interiorizar aquilo que já foi dito e, portanto, ...

Não é o Alex? Não!

Mas como estava a dizer, as plataformas eletrónicas já hoje existentes garantem com alguma segurança que quer as provas escritas, quer as entrevistas possam ser feitas nas plataformas eletrónicas e, portanto, eu julgo que este passo é muito importante, mas que há um outro passo que eventualmente poderá ser dado no desenvolvimento de uma plataforma do Governo Regional, da Região, dos órgãos próprios da Região, para

que os nossos jovens que estão fora da Região não fiquem fora destes concursos, porque estão impedidos pelas razões que já aduzi de participarem e acederem a estes concursos.

Portanto, era esta preocupação que eu queria deixar aqui perante a câmara, porque é de facto uma preocupação de muitos pais, de muitas mães que têm os seus filhos afastados, que investiram na sua formação e que quando a Região oferece uma oportunidade de emprego ficam impedidos de concorrerem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tive o prazer agora de verificar que o Sr. Deputado Aníbal Pires modernizou o partido com toda esta descrição da plataforma informática.

O Partido Comunista Português pelo menos nos Açores ...

Deputado André Bradford (PS): Mas a plataforma não é dele!

O Orador: ... superou a cassete.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Usamos *blu-ray*!

O Orador: Devo dizer em relação a esta matéria o seguinte: eu tenho aqui o exemplo de um concurso realizado em hospitais do Reino Unido e em que são aqui descritas as condições em que se realizam entrevistas finais via videoconferência.

Isto é o que se faz um pouco já em toda a União Europeia e, portanto, nesse sentido este esforço e esta iniciativa que o Bloco de Esquerda está aqui a apresentar é uma iniciativa que se insere claramente naquilo que já se está a fazer no âmbito e no espaço da União Europeia um mercado

cada vez mais global em que se tentam selecionar os melhores e ao mesmo tempo em que se tentam selecionar os melhores, se tenta também que o possam, no âmbito do concurso, fazer em condições de igualdade. Estes dois princípios de selecionar os melhores e em condições de igualdade são princípios que o PPM obviamente defende, que apoia e acompanha o Bloco de Esquerda nesta iniciativa que é algo muito diferente que, por exemplo, a juventude do Partido Socialista quer aqui propor, que é exatamente o contrário, é um concurso um pouco tribal, com uma lógica tribal, em que se pretende é restringir o concurso ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): À tribo!

O Orador: ... e o que pretende é de facto torná-lo menos igual.

Portanto, nesse sentido ainda bem que o Governo Regional e Partido Socialista aprovando a proposta do Bloco de Esquerda segue um caminho diferente do que a juventude do Partido Socialista preconiza e nesse sentido eu considero que aqui o que ganha é a modernidade, aqui o que ganha é a procura de encontrar os melhores para a nossa administração pública, aqui o que ganha é o conceito de igualdade e nesse sentido quero felicitar V. Exa. por esta iniciativa e obviamente conta com o apoio e o voto favorável do grupo ... (ainda não! Só daqui a nove meses!) ... da Representação Parlamentar do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras são de facto para afirmar e reconhecer que o Bloco de Esquerda fica satisfeito por esta iniciativa ter encontrado

leque no Partido Socialista, como diz o povo “a falar é que a gente se entende”.

A abertura foi igual das duas partes e o que importa é que na realidade penso, o Bloco de Esquerda pensa, que nós demos mais um passo no sentido da democracia na nossa Região, da modernidade e do desenvolvimento.

Portanto, o Partido Socialista esteve bem, penso que o Bloco de Esquerda também, na medida em que compreendeu as propostas e aceitou às alterações ...

Deputado Francisco César (PS): Tem capacidade legislativa!

A Oradora: ... e, portanto, ganham os açorianos e açorianas e sobretudo ganham os candidatos e as candidatas aos concursos públicos da nossa Região que não têm dinheiro no bolso para deslocações e estadias, mas, Sras. e Srs. Deputados, como diria uma deputada conhecida que é a Zuraida Soares, uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa e a outra coisa, Sras. e Srs. Deputados, eu não posso deixar passar em branco (tenho muita pena), neste caso não é a outra coisa, é a outra pessoa que faz parte da outra coisa, que não esteja presente, porque gostaria muito de lhe dizer isto com ele presente, o Sr. Vice-Presidente, mas ele não está, compreendo que não esteja, mas eu não posso deixar de o fazer.

Deputado André Bradford (PS): Ele também!

Deputado Berto Messias (PS): Não seja fascista!

A Oradora: O Sr. Vice-Presidente na Comissão de Assuntos Sociais, desculpem, de Política Geral, onde este diploma foi analisado e na comunicação social escrita e na RTP-Açores disse com todas as letras que aquilo que o Bloco de Esquerda tinha apresentado era uma proposta ilegal, negligente, mal feita, portanto, uma coisa perfeitamente ... Aliás,

estão transcritas as afirmações do Sr. Vice-Presidente no relatório da Comissão de Política Geral onde o Sr. Vice-Presidente diz: “A proposta do Bloco recomenda que o Governo viole a lei em vigor.” Depois “recordou que há um quadro legislativo no contexto europeu e no âmbito do direito comunitário que assegura a igualdade de acesso ao emprego e isso tem de ser válido para qualquer ilha ou qualquer país da União Europeia”, portanto, “Não podemos criar uma exceção para os Açores.”

E mais! “O Governo não tem competências legislativas.”

Oh, Sras. e Srs. Deputados, o que é que se chama uma proposta de decreto legislativo regional? Não é uma iniciativa legislativa do Governo?

Então, o Governo não tem iniciativa legislativa? Claro que tem!

Chama-se proposta de decreto legislativo regional, mas volto a repetir, o Sr. Vice-Presidente disse publicamente, portanto, disse aos açorianos e açorianas, que o Bloco de Esquerda queria infringir a lei, recomendava ao Governo que infringisse a lei e, portanto, que tinha feito uma proposta negligente.

Sras. e Srs. Deputados, para que fique claro para os açorianos e açorianas, e tenho pena que o Sr. Vice-Presidente não esteja aqui, volto a repeti-lo, mas que fique claro também para o Sr. Vice-Presidente, o Bloco de Esquerda quer dizer o seguinte: o Sr. Vice-Presidente ...

Deputado Berto Messias (PS): O Governo está aqui!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Já o vou informar!

A Oradora: O Governo está ali! O Governo está ali!

Mas se poder continuar antes do Governo eu ...

Presidente: Continue, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito obrigada.

Pese embora o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional ter afirmado publicamente a desconformidade do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda com a alegação de que o direito europeu não o permitia (o Projeto de Resolução, o conteúdo, a substância do nosso conteúdo), o Sr. Vice-Presidente contudo não teve a bondade de enunciar qual era lei ou as leis do direito europeu que o Bloco de Esquerda estava a infringir.

Ora, como o Sr. Vice-Presidente não informou nós com boa vontade partimos do princípio que o Sr. Vice-Presidente estava a referir-se ao artigo 45.º, n.º 2, do Tratado da União Europeia que institui a obrigação ao assegurar a livre circulação dos trabalhadores e dos cidadãos e vou citar: “Implica a abolição de toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade entre os trabalhadores dos estados membros no que diz respeito ao emprego, à remuneração e demais condições de trabalho.”

Na realidade, por si só, este argumento (este argumento que não foi usado pelo Sr. Vice-Presidente, mas que eu presumo era o que estaria na sua mente) poderia encontrar acolhimento nesta norma do tratado da União Europeia e, portanto, de facto o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda ser ilegal. Há apenas um problema, Sras. e Srs. Deputados, é que este mesmo tratado e neste mesmo artigo há a exclusão expressa deste princípio no que concerne aos empregos da administração pública, como é o caso do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, ou seja, o Sr. Vice-Presidente por engano (mais uma vez estou a usar de boa vontade, por engano!) esqueceu-se de que a norma que eventualmente tinha na sua mente tinha uma exceção clara e por mera coincidência essa exceção aplicava-se ao Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda.

Feita esta clarificação que eu acho que se deve também aos açorianos e açorianas que tiveram um informação da parte do Governo Regional que não corresponde à verdade, cabe ao Bloco de Esquerda repô-la no sentido de dizer “não, não é verdade, que a nossa iniciativa tivesse qualquer tipo de ilegalidade.”

Contudo, percebemos bem que a proposta alternativa vinda do Partido Socialista de em vez de ser o candidato ou os candidatos e candidatas a deslocarem-se à ilha onde se faz o concurso, com todas as circunstâncias menos claras que essa deslocação possa ter e em alternativa ser o júri a deslocar-se à ilha de residência, faz todo o sentido e por isso nós aceitámos, sim senhor, essa proposta alternativa e de alteração. Faz sentido e é até melhor, é até melhor no sentido de alcançar os objetivos do nosso Projeto de Resolução, é melhor ainda a proposta vinda da parte do Partido Socialista do que a deslocação dos candidatos à ilha onde está a fazer o concurso e, portanto, Sras. e Srs. Deputados, para terminar, dizer que ainda bem, por um lado, mas por outro lado dizer que quando as pessoas se enganam ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pedir desculpas!

A Oradora: ... (e isso é dito muitas vezes nesta Casa e até pelo próprio Partido Socialista e pelos Membros do Governo) devem reconhecer que se enganaram e o Vice-Presidente, das duas, uma, ...

Deputado Francisco César (PS): Não está aqui!

A Oradora: ... só tem duas possibilidades: ou enganou-se e tem o direito de se enganar, porque as pessoas enganam-se; ou quis enganar (e eu estou a pôr de parte a segunda hipótese, que é quis enganar). Enganou-se, há de reconhecer que se enganou, se quiser fazer o favor.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional tem agora a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por um esclarecimento à Câmara, porque acho que é importante, uma vez que a questão foi suscitada num aparte bastante audível por explicar a ausência do Sr. Vice-Presidente, aproveitando também a oportunidade para pedir desculpa aos líderes parlamentares, porque hoje ao longo ao dia à medida que foi necessário os Srs. Membros do Governo se ausentarem da sala eu tive o cuidado de telefonar a cada um explicando o constrangimento e percebi agora que não tive esse cuidado quando o Sr. Vice-Presidente se ausentou para apanhar o avião.

Por razões que julgo que serão compreensíveis, a Região prepara-se para uma noite difícil por via da tempestade que irá atravessar, esperamos que tudo corra pelo melhor, mas naturalmente que o Governo não pode deixar de se preparar e de estar da melhor forma posicionado para orientar os serviços como deve ser e daí o facto também de não ser o Sr. Vice-Presidente que está a fazer este debate.

Devo dizer no entanto que é com todo o gosto que o substituo, porque é com todo o gosto que exerço a missão que me foi confiada.

Relativamente à audição do Sr. Vice-Presidente, não assisti naturalmente, porque não estava presente na Comissão, mas tive oportunidade de ler o relatório e julgo que estamos a fazer um caso daquilo que foi, ou que são, interpretações diferentes daqueles que são os limites ao exercício e às garantias deste direito de acesso ao emprego na função pública e acho que não passa mais do que isso.

Ilegal, dizer que a proposta é ilegal, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Foi o que disse o Vice-Presidente!

A Oradora: ... porque pressupõe uma violação da lei, é uma apreciação técnico-jurídica que eu julgo que em nenhum caso pode significar qualquer atentado à dignidade da proposta que a Sra. Deputada aqui apresenta. Aliás, eu comecei por referir na minha intervenção inicial, se bem se lembra, que o Governo se revia no princípio que estava subjacente à sua proposta ...

Deputada Zuraída Soares (BE): E o Sr. Vice-Presidente!?

A Oradora: ... e, portanto, julgo que dar às declarações do Sr. Vice-Presidente a dimensão que se quer aqui dar é injusto, não corresponde à verdade e não corresponde de certeza àquele que foi o objetivo do Sr. Vice-Presidente que foi alertar para um conjunto de constrangimentos que o Governo encontrava na proposta, sendo certo também que apelou e desafiou a Sra. Deputada a que se construísse uma proposta que fosse suscetível de atingir o mesmo objetivo sem esses constrangimentos. Foi isto que eu interpretei da audição do Sr. Vice-Presidente que li.

Portanto, não posso deixar de refutar e de fazê-lo até com veemência a expressão escolhida pelo Sr. Deputado Bruno Belo que acusa o Sr. Vice-Presidente da utilização de expedientes.

Eu julgo que aquilo que se exige de um Membro do Governo quando é chamado a uma Comissão é que dê a sua opinião, aquela que resulta da apreciação que fez sobre a proposta que está à sua frente.

Portanto, julgo que nessa matéria estamos esclarecidos. Há aqui uma divergência de entendimento que eu acho que é uma divergência inicial ou aparente. De outro modo não se compreenderia que a Sra. Deputada, num esforço que eu também saudei de entendimento entre as diversas

forças aqui presentes, procurasse construir uma alternativa que no entendimento de todos fosse consensual, não colocasse em crise nenhum dos princípios que também temos de salvaguardar sem prejuízo do objetivo último desta proposta e penso que essas divergências terão sido ultrapassadas e só por isso é possível estarmos agora aqui a apreciar uma proposta de substituição integral que, como eu disse na minha intervenção inicial, mas não é ademais repetir, vai ao encontro daquele que tem sido já um esforço e um empenho do Governo, nomeadamente por exemplo na deslocação de júris, mas que visa (e bem!) que se reforcem esses mecanismos de garantia da igualdade de acesso ao emprego público e julgo que aquilo que deveremos relevar aqui hoje deste debate é o consenso que foi possível estabelecer, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sem dúvida nenhuma!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Consenso no Parlamento!

A Oradora: ... o ponto de encontro onde estamos todos neste momento e que estamos todos de facto de acordo que este é um direito que importa garantir e que são bem-vindos todos os mecanismos que nos ajudem a esse desiderato.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Primeiro, em nome da verdade, dar testemunho de que o Sr. Vice-Presidente antes de se ausentar disse-me pessoalmente que o iria fazer e, portanto, não estaria presente durante a discussão deste diploma.

Portanto, estava informada (para dizer à Sra. Secretária) e sobre isso não há nenhuma questão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Compreende-se perfeitamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O ‘perfeitamente’ é excessivo!

A Oradora: Agora, há só uma coisa em que eu e a Sra. Secretária estamos em desacordo. Estamos de acordo com tudo e estamos (penso!) igualmente satisfeitas pelo consenso encontrado.

Há uma coisa que estamos em desacordo é que mesmo que a nossa iniciativa, o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, não tivesse sofrido uma substituição integral que eu já saudei e que o melhorou (já o admiti aqui), mesmo que não tivesse sido esse o caso, Sra. Secretária Regional, não era ilegal a proposta. É só isto que eu quero frisar. É só isto que eu quero frisar!

Esta é melhor que a anterior, mas a anterior não era ilegal sobre nenhum ponto de vista. É só isso.

Muito obrigada.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, não havendo inscrições vamos então passar ...

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

Obrigada, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Aqui chegados e sabendo que a proposta já foi anunciada que será votada penso que por unanimidade, se a memória não me falha, e pelas declarações feitas pelo Deputado Bruno Belo, que a resposta foi dada pela Deputada Zuraida Soares.

Houve um esforço por parte do Partido Socialista para fazer estas alterações, foram alterações consensualizadas, ela própria diz que a proposta está melhorada, portanto, não há uma mudança de opinião.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma resposta com florete do deputado florentino!

O Orador: Diga?

Portanto, melhorou-se a proposta inicial e não há uma mudança de opinião, mantemos a opinião que temos, trabalhamos e o que é importante a meu ver, a relevar, é que ganharam os açorianos, ganharam os Açores e ganhou a coesão regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Em boa verdade o que é importante ressaltar aqui é o consenso que foi atingido e sobretudo não pelo PS, não pelo PSD, não pelo Bloco de Esquerda, ou por qualquer outro partido, mas sobretudo pelos açorianos. No entanto, o que eu disse, Sr. Deputado Manuel Pereira, foi exatamente isso.

Os senhores votaram contra em Comissão à proposta que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sim! Porque era outra proposta!

Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*): Mas o que é que isso tem a ver? Qual é o problema?

O Orador: Mais do que isso! O Sr. Vice-Presidente quando em Comissão referia-se à proposta que era ilegal, em que violava o direito nacional e o direito europeu, por nenhuma vez evocou as normas ilegais, por nenhuma vez evocou as normas que eram violadas.

Portanto, neste momento, Sra. Secretária, inicialmente não havia vontade.

Deputado Francisco César (*PS*): O senhor era contra?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): A proposta é outra! É diferente!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Não havia vontade! Reconheça isto. Não faz mal, porque o objetivo foi conseguido.

Agora, neste momento não pode dizer que havia uma grande disposição. Não havia!

A resposta inicial do Sr. Vice-Presidente foi desmerecer essa proposta, ridicularizá-la e torná-la pouco eficaz e neste momento, felizmente, conseguimos atingir este consenso, felizmente os candidatos açorianos poderão concorrer hoje em pé de igualdade de todas as ilhas, porque realmente houve um consenso nesta Casa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta matéria quero realçar a importância da aproximação das posições entre os diversos partidos nesta matéria, em que tivemos uma proposta inicial do Bloco de Esquerda e o posicionamento do Governo foi um posicionamento de um não rotundo. Quem lê o relatório não tem nenhuma dúvida.

Agora, o que eu acho que aconteceu a seguir é que há uma aproximação das posições e é isto que é a dinâmica parlamentar e é esta a força das instituições democráticas, das instituições parlamentares, que ao contrário de alguns Membros do Governo defendem e foi evidente ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Era desnecessário!

O Orador: Não, não é desnecessário, é pedagógico, Sra. Secretária! Não é desnecessário, é pedagógico.

Ao contrário do que alguns Membros do Governo defendem a dinâmica parlamentar resulta da apresentação de argumentos, da discussão de propostas, da aproximação de posições e esta questão permite que um dos lados não imponha a sua posição se ela não tem lógica ou não é sustentável e isto é absolutamente fundamental e alguns Membros do Governo não compreendem e não defendem a legitimidade da atividade parlamentar e o benefício evidente em termos da representação de todos e da apresentação de diferentes argumentos por diferentes setores políticos e de diferentes setores ideológicos.

Portanto, eu quero aproveitar esta oportunidade para aqui, depois do que aconteceu há cerca de uma hora e tal, novamente se demonstrar que é

possível os diferentes partidos consensualizarem posições (é possível!) e melhorar as propostas até que se chegue a uma iniciativa que acautele os diversos posicionamentos e que pode, através de uma redação melhor, consensualizada, chegar e atingir o objetivo democrático que se pretende, que é servir melhor os açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

É o seguinte: eu volto a dizer, ou percebi mal, mas registei (penso que não terei entendido mal) que o Sr. Deputado Bruno Belo, na primeira intervenção, disse que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo tinham mudado de opinião e foi essa a razão pela qual eu lhe disse que a resposta foi dada pela Deputada Zuraida Soares. Foi o trabalho que fizemos em conjunto, como já fizemos com outros grupos parlamentares e representações e, portanto, nós valorizámos apenas o trabalho parlamentar e importa, como eu disse, que se chegou (pelo menos é a opinião generalizada) a uma proposta que foi melhorada, que foram até ultrapassadas possíveis ilegalidades que poderiam ser suscitadas com a solução encontrada da deslocação do júri, portanto, aí são funcionários e, portanto, não há qualquer problema, refiro-me exatamente à questão das ajudas de custo e, portanto, são situações que foram felizmente melhoradas e acho que estamos todos de parabéns.

Portanto, aqui ninguém mudou de opiniões. As opiniões mantêm-se e ganharam, como eu já referi, os Açores e ganharam os açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Nós vamos fazer um pequeno intervalo.

Peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional que me acompanhem à sala de reuniões.

Regressamos às 19 horas e 10 minutos.

Eram 18 horas e 52 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 19 horas e 21 minutos.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes vamos encerrar por agora os trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas. (**)

Eram 19 horas e 23 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

(**) Na sequência do aviso emitido pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera foi deliberado pela Conferência de Líderes o cancelamento da sessão plenária do dia seguinte.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Maria da Graça Silveira

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Iasalde Fraga Nunes

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

A redatora, Ana Sofia Machado